

BOLETIM INFORMATIVO ELETRÔNICO ESMP/MA

Ano 5 | Nº 8 | Junho 2023



ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO

DIRETORA

Karla Adriana Holanda Farias Vieira

PROMOTORAS DE JUSTIÇA

AUXILIARES

Ana Luiza Almeida Ferro

Elyjeane Alves Carvalho

CONSELHO PEDAGÓGICO

Karla Adriana Holanda Farias Vieira

Presidente

José Antonio Oliveira Bents

Representante do Colégio de

Procuradores

Regina Maria da Costa Leite

Representante do Conselho

Superior

Maria de Jesus Rodrigues Araújo

Heilmann

Representante da Corregedoria

Geral

Cláudio Luiz Frazão Ribeiro

Representante do corpo docente

COLEGIADO DO PROGRAMA DE

PÓS-GRADUAÇÃO

Karla Adriana Holanda Farias Vieira

Presidente

Ana Luiza Almeida Ferro

Coordenadora do Programa de

Pós-Graduação

Cláudio Luiz Frazão Ribeiro

Representante do corpo docente

Lena Cláudia Ripardo Pauxis

Representante do corpo docente

Sandro Carvalho Lobato de Carvalho

Representante do corpo discente

SERVIDORES

Andrea Barros de Abreu

Claunísio Amorim Carvalho

Eklenn Marcelo Abreu Smith

Giovanna Serejo de Jesus

Letícia Prazeres Falcão

Luis Fernando Oliveira Sousa

Maíra Lopes de Castro

Marcus Theodoro Lima Mendes

Maria Alaide Natali

Sâmia Maria Verri Carneiro Carvalho

Solange Cristina Santos Lopes

Valéria Dorotéa Serra Santos da Silva

ESTAGIÁRIAS

Jordana Nazario de Melo Silva

Marcele Adriana dos Santos Garcês Castro

Mônica Luiza Tavares Bezerra

Nadson Nascimento Martins

Nathalia de Jesus Rodrigues da Silva

*“A injustiça em qualquer lugar
é uma ameaça à justiça por toda a parte”.*

Martin Luther King Jr.

Apresentamos à comunidade do *parquet* maranhense, e à comunidade em geral, a edição ano 5, n. 8, junho de 2023, do *Boletim Informativo Eletrônico ESMP/MA*, publicação oficial prevista no Plano Editorial da Escola Superior do Ministério Público, criado pelo Ato Regulamentar nº 295/2018 – GPGJ e regulamentado pela Portaria-ESMP 22019.

A publicação tem como objetivo a divulgação dos trabalhos e eventos realizados pela Escola Superior do Ministério Público do Maranhão. Na presente edição, referente ao primeiro semestre de 2023, ressaltamos: o encerramento do mês da mulher no Ministério Público do Maranhão com o tema *A Justiça é uma mulher negra: raça e gênero no sistema de justiça brasileiro*, com palestra da Promotora de Justiça Lívia Sant’Anna Vaz, do MPBA; o Seminário Internacional Ministério Público e Direitos Humanos na Amazônia, com o tema *Agenda 2023 e Ministério Público: Políticas Públicas e o acesso à justiça na Amazônia*; o minicurso *Tribunal do Júri e Direito das Vítimas: o caso da boate Kiss*; e a Capacitação da rede de serviços socioassistenciais do município de Bacabal, bem como cursos, seminários, webinários, oficinas, palestras e projeto de extensão.

Destaque ainda para a 17ª edição da ESMP Literária, em homenagem aos 100 anos do Sampaio Corrêa Futebol Clube, mais antigo clube de futebol do Maranhão em atividade, que deu ensejo também para uma exposição dos artigos históricos do clube na galeria do Centro Cultural do MPMA. E para a 18ª edição, cujo tema foi “O indígena na obra de Gonçalves Dias”, como parte das comemorações pelo bicentenário do grande poeta brasileiro nascido no Maranhão.

Por último, mas não menos importante, a transcrição da entrevista do Dr. João Raymundo Leitão, Procurador de Justiça aposentado e ex-Diretor da ESMP/MA, que inaugura o Programa Memória Audiovisual da ESMP/MA, entrevista esta conduzida pela atual Diretora da Escola.

Solicitamos aos leitores que contribuam com opiniões e sugestões de trabalhos e eventos que possam interessar à comunidade do MPMA e ao meio jurídico em geral, enviando mensagens para o e-mail esmp@mpma.mp.br, sugestões que serão muito bem-vindas e eventualmente poderão compor nosso calendário.

Boa leitura!

KARLA ADRIANA HOLANDA FARIAS VIEIRA

Diretora da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão

SUMÁRIO

EVENTOS E ATIVIDADES	06
PROGRAMA MEMÓRIA AUDIOVISUAL DA ESMP/MA.....	06
EVENTOS DA ESMP/MA REALIZADOS NO PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2023.....	07
ESMP LITERÁRIA.....	19
ESMP EM NÚMEROS	25
ATOS NORMATIVOS	26
EDITAL - ESMP 12023.....	26
EDITAL - ESMP 22023.....	34
PORTARIA - ESMP 12023.....	35
PORTARIA - ESMP 32023.....	35
PORTARIA - ESMP 52023.....	36
PORTARIA - ESMP 62023.....	42
PORTARIA - ESMP 72023.....	49
PORTARIA - ESMP 82023.....	51
PORTARIA - ESMP 92023.....	52
PORTARIA - ESMP 102023.....	54
PORTARIA - ESMP112023.....	61
PORTARIA - ESMP122023.....	62
ÓRGÃOS COLEGIADOS	63
CONSELHO PEDAGÓGICO DA ESMPMA.....	63
COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ESMP/MA.....	66
INFORMES	68

PROGRAMA MEMÓRIA AUDIOVISUAL DA ESMP/MA



Entrevista com o Dr. João Raymundo Leitão, Procurador de Justiça aposentado e ex-Diretor da ESMP/MA (1997-2001), no dia 03/05/2023, no Auditório do CCMP, inaugurando o Programa Memória Audiovisual da ESMP/MA.

A entrevista, que foi conduzida pela Dra. Karla Adriana Holanda Farias Vieira, Diretora da ESMP/MA, estará disponível na plataforma virtual da Escola e sua transcrição integral comporá a edição n. 5 da *Revista Lumiar* (2023).

O Programa Memória Audiovisual foi instituído pela Portaria-ESMP 42020, de 20/01/2020 e publicada no DEMP em 22/01/2020, edição 015/2020.

EVENTOS DA ESMP/MA REALIZADOS NO PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2023

CAPACITAÇÃO

PLANO PREVENTIVO DE DEFESA CIVIL NOS MUNICÍPIOS - LEI FEDERAL Nº 12.608/2012.

TEMAS

- ORIENTAÇÕES PRÁTICAS SOBRE ELABORAÇÃO DO PLANO PREVENTIVO DE DEFESA CIVIL NOS MUNICÍPIOS
- PALESTRANTE:** MAJOR BM FERNANDO FERNANDES
- OS IMPACTOS DOS DESASTRES NATURAIS NA SAÚDE MENTAL
- PALESTRANTE:** PROF. ME. DALCINEY MAXIMO DINIZ

MEDIADORA: PROMOTORA DE JUSTIÇA DO MP/MA CRISTIANE LAGO

DEBATEDOR: MAJOR QOCBM JONATAN SILVA COUTINHO

Público-Alvo: Prefeitos Municipais, Secretários, Vereadores, Promotores de Justiça, Servidores do MP/MA e integrantes do Fórum Estadual de Prevenção da Automação e do Suicídio - FEPAS/MA

Dia 24 de janeiro, às 9h
TRANSMISSÃO: Canal da ESM/MA no Youtube



MPMA **ESMPMA**

PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA AS PROMOTORIAS DA CIDADANIA

"Cidadania e Protocolos de consulta e consentimento prévio, livre e informado"

CONVIDADO: Prof. Dr. Joaquim Shiralshi Neto

MEDIADORA: Profa. Me. Glenda Almeida Matos Moreira

27 de janeiro de 2023, às 10h
Sala da ESM/MA



MPMA **ESMPMA**

OFICINA PARA OS EXECUTORES DE MANDADOS

SEGUINDO DO LANÇAMENTO DO "MANUAL DO TÉCNICO MINISTERIAL EXECUÇÃO DE MANDADOS"

AUTORIA DO SERVIDOR MARCUS KRAUSE

Dia 09 de fevereiro, às 9h
LOCAL: Auditório do Prédio das Promotorias de Justiça de São Luís - MA



MPMA **ESMPMA**

WORKSHOP

Avaliação de Desempenho, Progressão e Promoção Funcional

PALESTRANTE: **TÁMARA SILVA DE ASSUNÇÃO**
Técnica Ministerial lotada na Coordenadoria de Gestão de Pessoas; Licenciada em Letras; Bacharelada em Direito

MEDIADORA: **MARIA DE FÁTIMA MORAIS**
Coordenadora de Gestão de Pessoas; Técnica Ministerial; Pedagoga

Parceiro: Coordenadoria de Gestão de Pessoas

Público-alvo: Membros e Servidores

16 de fevereiro, às 10:00
Canal da ESM/MA no Youtube



MPMA **ESMPMA**

CURSO PRESENCIAL

Treinando Líderes para Nova Lei de Licitações

PALESTRANTES

CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
Analista Ministerial, Presidente da CPU/PG/MA


JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Analista Ministerial, Proponente OCPAL, Vice-Presidente da CPU/PG/MA

MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
Membro da Comissão Permanente de Licitação PG/MA

Parceiro: Comissão Permanente de Licitação - CPL

Público-alvo: Membros e Servidores do Ministério Público envolvidos nos processos de contratação pública

27 e 28 de fevereiro, 09:00 às 13:00h
Auditório das Promotorias de Capital



MPMA **ESMPMA**

PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA AS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA ESPECIALIZADAS DISTRITAIS DE DEFESA DA CIDADANIA DE SÃO LUÍS (PJDC)

"Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas"

CONVIDADA: Profa. Dra. Cláudia Maria da Costa Gonçalves

02 de março de 2023, às 10h
Sala da ESM/MA



MPMA **ESMPMA**

WORKSHOP PRESENCIAL

Feminicídio: do inquérito ao plenário

PALESTRANTE: **Dra. Ticiane Pereira**
Promotora de Justiça do MPPR

Público-alvo: Membros e Assessores do Ministério Público

Dia 07 de março, das 8:30h às 15:00h
na ESM/MA



MPMA **MPMA** **MPMA** **ESMPMA**

MÊS DA MULHER NO MP/MA


PALESTRANTE: **DRA. ÉRICA CANUTO**
Promotora de Justiça do MP/MA; Coordenadora do Núcleo de Apoio à Mulher Víctima de Violência Doméstica e Familiar (NAUMVD)

06/03 - Estratégias de Atuação do MP no Enfrentamento à Violência de Gênero.

Público-alvo: Membros, Servidores e Estagiários do MP/MA

Das 09:00 às 12:00 na ESM/MA

Parceiro: Centro de Apoio ao Enfrentamento da Violência de Gênero - CAD Mulher



MPMA **MPMA** **ESMPMA**

MÊS DA MULHER NO MP/MA

PALESTRANTES

DRA. ÉRICA CANUTO
Promotora de Justiça do MP/MA; Coordenadora do Núcleo de Apoio à Mulher Víctima de Violência Doméstica e Familiar (NAUMVD)

DRA. MARIA DA GLÓRIA MAFRA
Promotora de Justiça do MP/MA e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Saúde

Temas:

- Acolhida da Víctima e Trabalho em Rede
- Saúde da mulher

Público-alvo: Membros, Servidores, Estagiários do MP/MA e Público Externo

07/03 às 09:00h no Auditório do Centro Cultural do MP/MA

Parceiro: Centro de Apoio ao Enfrentamento da Violência de Gênero - CAD Mulher



MPMA **MPMA** **ESMPMA**

MESA-REDONDA

Processo Unificado de Escolha dos Conselheiros Tutelares

PALESTRANTES

JOÃO LUIZ DE CARVALHO BOTEGA
Promotor de Justiça MPSC, Mestre em Ciência Jurídica, Coordenador da Comissão Permanente de Infância (COPINF), Membro de OJ Conselho Tutelar do CNMP, Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do MPSC.

JOABE SILVA OLIVEIRA
Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Vitória da Conquista/BA e técnico da Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória da Conquista/BA.

MEDIADOR
GLEUDSON MALHEIROS GUIMARÃES
Promotor de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público do Maranhão.

Parceiro: CAO-IJ

Público-alvo: Membros, Servidores e Estagiários do Ministério Público, Conselheiros de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselheiros Tutelares e preteritos candidatos a Conselheiro Tutelar.

10 de Março às 09:00h
Virtual – Aberto ao Público



CURSO ON-LINE

PLATAFORMA WORDPRESS

PALESTRANTE
CARLA L. FERREIRA
Bibliotecária e Gestora de Informação

O curso tem por objetivo instrumentalizar a atuação dos membros e servidores que gerenciam as páginas de cada setor, demonstrando em ambiente on-line as possibilidades diversas da plataforma.

Programação:

- WordPress
- Páginas
- Mídia (imagens, vídeos)
- Componentes
- Menus
- Outros...

13 e 14 de março de 2023
Horário: das 9h às 18h
Público-alvo: Membros e Servidores do MPMA

ESMP/MA



CURSO PRESENCIAL

Público-Alvo: Membros, servidores, estagiários do MPMA e público em geral



2º ENCONTRO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DO CIDADÃO NO MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA

14, 15 e 16 de Março das 8h às 12h e 14h às 18h

Local: Igreja Batista da Promessa em Açailândia, Av. 01, 1001, Qtd. 03, Colinas Park, Açailândia/MA



17ª ESMP LITERÁRIA

100 ANOS DO SAMPAIO CORRÊA

PALESTRANTE - HUGO SARAINA
Professor de Educação Física (EM) e pesquisador. Autor do livro Sampaio Corrêa: uma paixão dos maranhenses

PALESTRANTE - CLAUDIO AMORIM CARVALHO
Historiador e servidor do MPMA. Autor do livro Terra, grama e protetores: os primeiros tempos do futebol em São Luís (1906-1930)

DEBATEDORES

RAIMUNDO NONATO DE CARVALHO FILHO
Membro do Conselho de Administração

GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO
Membro do Conselho de Administração

JOSÉ FRAZÃO SÁ MENEZES NETO
Promotor de Justiça

CARLOS HENRIQUE RODRIGUES VEIRA
Promotor de Justiça

DIA 17 DE MARÇO (SEXTA-FEIRA) ÀS 10h
Realização do Centro Cultural do MPMA

Público-Alvo: Membros e servidores do MPMA e Público Externo



EVENTO PRESENCIAL

Público-Alvo Manhã: Oficiais e Comandantes
Público-Alvo Tarde: Delegados de Polícia



COLÓQUIOS INTERINSTITUCIONAIS: MINISTÉRIO PÚBLICO E POLÍCIAS

SANDRO CARVALHO LOBATO DE CARVALHO
Promotor de Justiça, Coordenador do CAQ/01 e Especialista em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção pela Escola Superior do Ministério Público do MA (ESMP/MA)

Dia 23 de março das 8h30 às 13h30 e 14h às 18h

Local: Auditório das Promotorias de Justiça de Timon/MA



SALA DE SITUAÇÃO
Tira-Dúvidas

Catálogo Águia: ferramenta de Investigação Criminal na Era Digital

PALESTRANTE
ALESSANDRO BRANDÃO MARQUES
Promotor de Justiça e Coordenador do CAO CRIMINAL do MPMA

Público-alvo: Membros e servidores do MPMA

Parceiro: CAO Crim

23 de Março de 2023, às 14h30
Virtual - Google Meet




PALESTRA

A Justiça é uma mulher Negra: raça e gênero no sistema de Justiça Brasileiro

PALESTRANTE
LÍVIA MARIA SANTANA E SANTANNA
Promotora de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos do MPMA, autora da obra "A Justiça é uma mulher negra"

Parceiros: MPMA, CAO Mulher, ESMPMA

Público-alvo: Membros, Servidores e estagiários do MPMA e Público Externo

27 de Março, pontualmente às 08:00h
no Auditório do Centro Cultural MPMA




PALESTRA

Inspecções obrigatórias do CNMP – Resoluções nº 67/2011, 71/2011 e 204/2019

PALESTRANTES

MOACIR SILVA DO NASCIMENTO JÚNIOR
Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, membro auxiliar da Comissão de Infância, Juventude e Educação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

CÁSSIO GUIMARÃES CHAI
Promotor de Justiça Corregedor do Ministério Público do Estado do Maranhão - MPMA

Parceiros: ESM, CGMP e CAO IJ

Público-alvo: Membros do Ministério Público, servidores, estagiários, diretores e equipes de entidades fiscalizadas, Sistema de Garantia de Direitos (SGD)

29 de março de 2023
10h às 12h
Virtual - Google Meet





PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA AS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA ESPECIALIZADAS DISTRITAIS DE DEFESA DA CIDADANIA DE SÃO LUÍS (PJDC)

"Racismos, Intolerâncias e Violações Institucionais"

CONVIDADO
Jorge Serajo
Professor de Curso de Direito - UNED, Pesquisador da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH)

30 de março de 2023, às 10h
Sala da ESMP/MA




PROJETO CINE ESM/MPMA

Projeto CINE ESM/MPMA
exibição do documentário "Trançatânticas"

CONVIDADOS:

- Louyse Sousa** - Produtora cultural e audiovisual atuando na Eglória Memória e no Casarão Pora e Janela. Produtora executiva do filme "Trançatânticas", documentário LGBTQI+.
- Jorge Serejo** - Professor do curso de Direito da UNDE; Pesquisador da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH).
- Leticia Freire** - Promotora de Justiça e Integrante do CAO MULHER do MPMA.

Local: Sala da ESM/MPMA
Público-alvo: Membros, servidores, estagiários e público externo (estudantes, alunos de cinema)

30 de Março, às 8:30h - Presencial na ESM/MPMA

CURSO

Direito Processual das Famílias para o Ministério Público

PALESTRANTE

RAFAEL CALMON
Doutor (UERJ) e Mestre (UFES) em Direito Processual Civil; Escrivão; Juiz de Direito do TJES

Público-alvo: Membros, servidores e estagiários MPMA

31 de março, das 09h às 17h

NOVO LOCAL
Auditório da PROMOCAP

ACESSÍVEL EM LIBRAS

OFICINAS TEMÁTICAS CAO MEIO AMBIENTE

Luis Fernando Cabral Barreto Junior
Promotor de Justiça do MPMA e Coordenador do CAO-UMA

Daniel Martini
Promotor de Justiça do MPMS e Coordenador do CAO-UMA

"Racionalização da atuação do Ministério Público"

31 de março de 2023, 14:00h
Online - Google Meet

GEPIA

1º ENCONTRO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM DIREITOS HUMANOS E INTERSECCIONALIDADES NA AMAZÔNIA (GEPIA-ESMP/MA)

DIA 12 DE ABRIL, ÀS 10H - GOOGLE MEET

PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA AS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA ESPECIALIZADAS DISTRITAIS DE DEFESA DA CIDADANIA DE SÃO LUÍS (PJDC)

"Plano de Atuação e Elaboração de Projetos"

PALESTRANTE
Equipe da Secretaria de Planejamento MPMA

14 de abril de 2023, às 10h
Sala da ESM/MPMA

09h às 12h
Tribunal do Júri e Direito das Vítimas: o caso da Boate Kiss

Lúcia Helena de Lima Callegari
Promotora de Justiça MPMS

15h às 16h
Implementando a Lei nº 13.425/17 na ordem urbanística municipal - Evitando tragédias como a da Boate Kiss.

Douglas Martins
Juiz Titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís

Luis Fernando Cabral Barreto Junior
Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-UMA

Público-alvo: Membros, Assessores do Ministério Público

Dia 14 de Abril, das 9h às 15:00h na ESM/MPMA

1º Encontro de formação sobre o novo regime de licitações e contratos administrativos

PALESTRANTES

JOSÉ NÉLIO MIRANDA DE FREITAS
Economista e Analista Municipal

JOSÉ EDSON MAIA JÚNIOR
Economista e Analista Municipal

Público-alvo: Gestores municipais, servidores públicos municipais, conselheiros municipais, dentre outros

Parceiro: Assessoria Técnica - ASSTEC

19 de abril, 08h às 18h
Auditório das Promotorias de Justiça de Paço de Lumiar

SALA DE SITUAÇÃO

Rotinas em ANPP: Otimizando Resultados

PALESTRANTE
FELIPE AUGUSTO ROTONDO
Promotor de Justiça do MPMA, Inteiro CPMS 2022 em boas práticas em ANPP

MEDIADORES

ALESSANDRO BRANDÃO MARQUES
Promotor de Justiça e Coordenador do CAO CRIM do MPMA

SANDRO LOBATO
Promotor de Justiça, membro do CAO CRIM e Coordenador do CAO JÚRI

Parceiros: CAO CRIM; CAO JÚRI

Público-alvo: membros, servidores e estagiários do MPMA

19 de Abril de 2023, às 09h
Virtual - Google Meet

INSCREVA-SE!

PALESTRA

Masculinidades

PALESTRANTE
FLÁVIO URRÁ
Psicólogo e Especialista Mestrado em Psicologia Social na PUC-SP (Doutor). Especialização em Violência Doméstica pelo UNICAMP (2009). Coordenador do Programa "Agos José? Não tem da violência contra a Mulher" (Coordenador do Curso de Gestão e Masculinidades, socio fundador da Associação da Sociedade Civil "Linha Amarela - Resposta, Educação e Pesquisa")

Público-alvo: membros, servidores, estagiários do MPMA e público externo

Dia 20 de Abril, às 09:00h
Auditório do Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público

WORKSHOP

Capacitação da Rede de Serviços Socioassistenciais do Município de Bacabal e região

Programação:

- SUAS
- Atores da rede de proteção
- Atendimento e ferramentas de trabalho
- Outros...

Público-alvo: Rede Serviços Socioassistenciais de Bacabal e região

Parceiros: 1ª e 3ª Promotorias de Justiça Especializadas de Bacabal

25 de abril de 2023, 09h30 às 17h
Presencial no auditório da UFMA - Bacabal

MPMA **ESMPMA**

Programação Seminário Interdisciplinar: Saúde, Educação e Direitos das Pessoas com TEA - Dia Mundial de Conscientização do Autismo

8h30 - Abertura

8h40 - **TEMA SÉ NASCIMENTO**
A experiência do movimento da Associação dos Amigos dos Autistas

9h05 - **WILLIAN AMORIM DE SOUSA**
A psicanálise e o TEA

9h45 - **WELLINGTON BECKMAN**
Direitos das pessoas com TEA

10h05 - **WINDYZ BRAZÃO FERREIRA**
Educação inclusiva e diversidade

MEDIADOR

ALENILTON SANTOS DA SILVA JÚNIOR
Promotor de Justiça e Coordenador do CAD-IPD

ALINE ALBUQUERQUE BASTOS
Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão

Apresentação cultural do cantor Augusto Neto (Cantor Autista Maranhense)

Público-alvo: membros, servidores, estagiários e público externo

Parceiros: CAD-IPD; AMA - Associação de Amigos do Autista do Maranhão; CAB/MA

26 de abril de 2023, das 8h30 às 17h
Auditório do Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público

MPMA **ESMPMA**

MP TRENDS

Inteligência Artificial

CONVIDADO
EWALDO SANTANA

Público-Alvo: membros, servidores e estagiários do MPMA

28 de abril de 2023, às 09h
Virtual - Google Meet

MPMA **ESMPMA**

PALESTRA

Burnout, Sofrimento Psíquico e a Patologização do Trabalho

PALESTRANTE

WILSON GOMES DE MOURA
Psicanalista e Doutorando em Psicologia pela Universidade de Buenos Aires

Público-alvo: Membros, servidores, estagiários do MPMA e público externo

28 de abril de 2023, às 10h
Local: Auditório do CCMP

MPMA **ESMPMA**

OFICINAS TEMÁTICAS CAO MEIO AMBIENTE

Luis Fernando Cabral Barreto Junior
Promotor de Justiça do MPMA e Coordenador do CAO-IMA

"Resíduos Sólidos"

28 de abril de 2023, 14:00h
Online - Google Meet

MPMA **ESMPMA**

WEBINÁRIO

Inquirição e Dosimetria da Pena em Crimes contra as Mulheres

PALESTRANTE

THIMOTIE ARAGON HEEMANN
Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná; Colaborador no Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Direitos Humanos do Ministério Público do Estado do Paraná (CAOP/DH)

MEDIADORA

GABRIELLE GADELHA BARBOZA DE ALMEIDA
Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão; Juíza da Promotoria Especializada de Mulheres em Inquirição

DEBATEDORA

SUSAN LUCENA
Juíza da Casa de Mulher Brasileira - Maranhão

Público-alvo: Membros, Servidores e estagiários dos MPs, público externo

02 de maio, às 09h
Virtual - Google Meet

MPMA **ESMPMA**

Evento Online

Seminário Internacional MINISTÉRIO PÚBLICO E DIREITOS HUMANOS NA AMAZÔNIA

AGENDA 2030 e MINISTÉRIO PÚBLICO: Políticas Públicas e o acesso à justiça na Amazônia

4 e 5 de maio de 2023

MPMA **MPPA** **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ** **GEDHA** **ESMPMA**

Sala de Situação Tira-dúvidas feminicídio - questões práticas

PALESTRANTE

SANDRO CARVALHO LOBATO DE CARVALHO
Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Juri

Público-alvo: Membros, servidores, assessores e estagiários do MPMA

11 de maio, às 09h
Virtual - Google Meet

MPMA **ESMPMA**

CURSO

INTRODUÇÃO ÀS PRÁTICAS RESTAURATIVAS PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO

PALESTRANTE

DANIELLE ARLÉ
Promotora de Justiça de Juízo, coordenadora jurídica do MPMA e mestre em Sistemas de Solução de Conflito

Público-alvo: membros, servidores e estagiários do MPMA e convidados

Dia 12 de Maio, 09h às 17h
Presencial - Sala da ESMPMA

MPMA **ESMPMA**

CURSO

Mediação Comunitária

FACILITADORES:
VANESSA DE OLIVEIRA AMORIM
 Advogada, mediadora e Consultora Jurídica no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Timon

ROGÉRIO MONTELES DA COSTA
 juiz de Direito, Tribunal de Justiça do Maranhão, integrante do banco de formadores da ENFAM (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados), do banco de formadores de Instrutores do Cadastro Nacional de Instrutores da Justiça Consensual Brasileira (CINJUB)

Parceiro: Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas
Público-alvo: Membros e servidores do MPMA, profissionais da Rede de Atendimento Integral do Turu/Divinópolis e lideranças comunitárias
Local: Fundação Evangélica Maranhense (Habitação Turu)

15 a 19 de maio de 2023
 Presencial - 8h às 12h e 14h às 18h



MPMA **ESMPMA**

OFICINAS TEMÁTICAS CAO MEIO AMBIENTE



Luis Fernando Cabral Barreto Junior
 Promotor de Justiça do MPMA e Coordenador do CAO-UMA

Elizabeth Costa de Oliveira Telles
 Advogada especializada em regulatório e saneamento básico e Vice-Presidente do Instituto Mulheres do Saneamento - IMUSAS

"Saneamento Básico"

19 de maio de 2023, 14:00h
 Online - Google Meet

MPMA **ESMPMA**

MP TRENDS

Visual Law e Storytelling

CONVIDADO
PEDRO MOURÃO

Público-alvo: membros, servidores e estagiários do MPMA

19 de maio de 2023, às 09h
 Virtual - Google Meet



MPMA **ESMPMA**

PALESTRA

"Ética e gestão estratégica do MP" e "Interação e humanização na era da informação"

PALESTRANTE
CASSIUS GUIMARÃES CHAI
 Promotor de Justiça Concedido, Professor Associado UFMA e FDV, Membro da Associação Internacional do MP

Público-alvo: membros, servidores e estagiários do MPMA

28 de junho de 2023, às 10h
 Virtual - Google Meet



MPMA **ESMPMA**

CONFERÊNCIA

Aprendendo sobre Transtorno do Espectro Autista

PALESTRANTES
JOÃO ARNAUD DINIZ NETO
 Pesquisador da Infância e da Adolescência (IPIUFMA), Membro da comissão dos direitos das pessoas autistas da OAB-MA

WELLINGTON BECKMAN
 Vice-presidente da comissão dos direitos das pessoas autistas OAB-MA

TELLMA SA NASCIMENTO
 Presidente da ANA Maranhão, habilitadora, pós graduada em análise do comportamento aplicada ABA para TEA

FLÁVIA NEVES
 Psicóloga, Coordenadora do Serviço Especializado à Pessoa com TEA no Centro Especializado de Reabilitação (CER)

MAELLE MEDEIROS GARROTO
 Assistente Social, Coordenadora do Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (DPEVA)

TÁCITA PEREIRA RIOS
 Autóloga, Mãe Autista, Coordenadora do Curso de Direito da Faculdade Pitágoras de Bacabal/MA

Público-alvo: membros, assessores, estagiários, profissionais da saúde, assistentes sociais, mães, pais e familiares de autistas, sociedade em geral

29 de maio de 2023, às 13h30
 Auditório da Faculdade Pitágoras de Bacabal



MPMA **ESMPMA**

18ª ESPM LITERÁRIA

O INDÍGENA NA OBRA DE GONÇALVES DIAS

PALESTRANTE
ROSSINI CORRÊA
 Professora universitária, escritora e membro da Academia Maranhense de Letras e Academia Brasileira de Letras

DEBATE
LOURIVAL SÉRICO
 Desembargador do TMA, escritor e Presidente da Academia Maranhense de Letras

MEMÓRIA
ANA LUIZA ALMEIDA FERRO
 Promotora de Justiça, escritora e membro da Academia Brasileira de Filosofia, AMF, e AAL

COMPARTILHAÇÃO
ELMAR FIGUEIREDO
 Procuradores de Justiça e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão

DIA 30 DE MAIO (TERÇA-FEIRA), ÀS 10H
 Auditório do Centro Cultural do MPMA

Público-Alvo: Membros, servidores e estagiários do MPMA e público externo



MPMA **ESMPMA**

SEMANA MUNDIAL DO BRINCAR

DIÁLOGOS PELO BRINCAR: RELATOS DE VIVÊNCIAS

Evento certificado pela Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão

Dia 31 de maio, às 14h30, no Canal da ESMP/MA no YouTube

Às 14h30 no link: <https://www.youtube.com/watch?v=ANATREZANOBRINCAR> #SMB2023



MPMA **UNICME-MA** **ESMPMA**

WEBINÁRIO

Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa - entenda o seu funcionamento

PALESTRANTES
GLÉCIO SANDRO LEITE DA SILVA
 Presidente do Conselho Estadual do Idoso do Maranhão, diretor da UPI, Soler do Outono

MARIA DO AMPARO MONTEIRO DE MELO SEIBEL
 Assistente Social, Superintendente de Proteção Social Especial da SEDES

DEBORAH LOPES JATAY
 Assistente Social, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de São Luís

ISABEL DE FÁTIMA AMORIM GONZALEZ LOPIZIC
 Assistente Social, Coordenadora do Centro Integrado de Apoio e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa - CAPIV, Presidente em exercício da Associação Nacional de CAPIV do Brasil - ANC-Brasil

Público-alvo: membros, servidores, estagiários e público externo

05 de junho de 2023
 09h às 12h, Virtual - YouTube



MPMA **SEDES** **ESMPMA** **REMADI-MA**

Seminário

Sofrimento Fetal, Sofrimento de Todos

PALESTRANTES
BERNARDETE DE LOURDES QUEIROZ BRITO
 Médica perita do MPMA

VALÉRIA MARIA SOUSA LEITÃO
 Ginecologista e Obstetra (UFMA)

NILZA BEZERRA PINHEIRO DA SILVA
 Enfermeira Obstétrica, mestre e doutora em Saúde Coletiva pela UFMA

MARYNÊA VALE
 Psiquiatra-Neonatalogista

BIANCA ALVARES ALMEIDA
 Neuropediatra do HU-UFMA

MARIA MONTEIRO
 Enfermeira, coordenadora da Vigilância do Óbito Materno e Infantil

GILZEP CAMPOS LEITE DA SILVA
 Médico regulador e Coordenador do Núcleo de Educação em Urgência SAMU - São Luís/MA

Público-alvo: Membros, servidores, estagiários do MPMA, Profissionais de saúde e de justiça, gestores públicos, estudantes e público externo.

06 de Junho de 2023, às 16:00h
 Presencial - Auditório da PGJ



MPMA **sojoma** **ESMPMA**

SALA DE SITUAÇÃO TIRA-DÚVIDAS

Análise das decisões judiciais que impactam o trabalho policial e ministerial

PALESTRANTES
SANDRO CARVALHO LOBATO DE CARVALHO
 Promotor de Justiça e Coordenador do CAODJ do MPMA
ALESSANDRO BRANDÃO MARQUES
 Promotor de Justiça e Coordenador do CAO CRM do MPMA

Público-alvo: membros, assessores e servidores do MPMA

12 de junho, às 8:30h
 Evento Virtual - Google Meet

MPMA MPMA MPMA ESPMPMA

Diálogos Plurais 6ª Ed. "Combate ao trabalho infantil"

MESA 1
 "Prevenção ao trabalho infantil: MPT na escola"

MESA 2
 "Vagas de emprego para jovens e o desafio de ampliação de vagas no Maranhão"
 "Apresentação de experiência: Equatorial Energia - Programa Jovem Aprendiz e qualificação profissional de jovens"

MESA 3
 "Trabalho infantil em livrões, feiras e cemitérios: fiscalizações do Programa Infância sem Trabalho" (MPMA, MPT, SRTB, SEDES, TRT)

13 de junho de 2023, às 8h30
 Local: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Maranhão
 Av. Kennedy, 150 - Centro, próximo à Praça da Bíblia

MPT MPMA MPMA ESPMPMA SRTB/MA JUSTIÇA DO TRABALHO

GEPIA
 GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM DIREITOS HUMANOS E INTERSECCIONALIDADES NA AMAZÔNIA (GEPIA-ESMP/MA)

3º ENCONTRO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM DIREITOS HUMANOS E INTERSECCIONALIDADES NA AMAZÔNIA (GEPIA-ESMP/MA)

"O direito consuetudinário indígena a partir do pluralismo jurídico"

Conviteado: André Paulo dos Santos Pereira
 Promotor de Justiça do Ministério Público de Roraima (MPRR)

14 DE JUNHO, ÀS 10H - GOOGLE MEET

MPMA ESPMPMA

MP TRENDS

Provas Digitais

CONVIDADO
WALTER ARANHA CAPANEMA
 Coordenador geral e Professor da Pós-Graduação em Direito Digital da FEMPERJ, do curso de Extensão "Direito Eletrônico" e "Proteção de Dados em Níveis Tecnológicos" da EMERJ, Diretor de Pesquisa e Ensino de Smart's

Público-alvo: membros, servidores e estagiários do MPMA

16 de junho de 2023, às 09h
 Virtual - Google Meet

MPMA ESPMPMA

CURSO

Aplicabilidade da Lei Maria da Penha à Mulher TRANS e o Formulário ROGÉRIA - Registro de Ocorrência Geral de Emergência e Risco Iminente à Comunidade LGBTQIAPN+

PALESTRANTES
RAFAEL OSVALDO MACHADO MOURA
 Promotor de Justiça do MPPE e Coordenador do Núcleo de Proteção aos Direitos da População LGBTQIAPN+
KAREN APARECIDA NETTO
 Psicóloga Forense na Delegacia de Combate aos Crimes de Intolerância/RIS

MEDIADORA
LETÍCIA FREIRE
 Promotora de Justiça do MPMA e integrante do CAO Mulher

Público-alvo: Ministério Público Brasileiro e público externo

19 de junho de 2023, às 9h
 Virtual - YouTube

MPMA MPMA ESPMPMA

SEMINÁRIO

Família acolhedora como alternativa humanizada ao asilamento de pessoas idosas

PALESTRANTE
ROSANA BERARDI BEVERVAÑO
 Psicóloga do MPPE

MEDIADOR
ALENILTON SANTOS DA SILVA JUNIOR
 Promotor de Justiça do MPMA

DEBATEDORES
GLECIO SANDRO SILVA
 Presidente do Conselho Estadual do Idoso do Maranhão
DÉBORAH LOPES JATARY
 Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de São Luís
MARIA DO AMPARO SEIBEL
 Superintendente de Proteção Social Especial da SEDES
ELEN SOFIA FERREIRA PEREIRA LISBOA
 Diretora do Lar Cabarênero para idosos

Público-alvo: membros, servidores, estagiários e público externo

20 de junho, das 8h às 17h - Evento Presencial
 Auditório da PGI - Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau

MPMA MPMA ESPMPMA

EVENTO PRESENCIAL

Público-alvo: Delegados e Investigadores da Polícia Civil

COLÓQUIOS INTERINSTITUCIONAIS: MINISTÉRIO PÚBLICO E POLÍCIAS

SANDRO CARVALHO LOBATO DE CARVALHO
 Promotor de Justiça, Coordenador do CAODJ e Especialista em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção pela Escola Superior do Ministério Público do MA (ESMP/MA)

Dia 20 de junho de 2023, às 08h
 Local: Sala da ESMP/MA

MPMA MPMA ESPMPMA

Acordo de Não Persecução Civil e o papel do Parquet no combate à corrupção

PROGRAMAÇÃO

ABERTURA
KARLA ADRIANA HOLANDA FARIAS VIEIRA
 Promotora de Justiça e Diretora da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão
SAMIA SAAD GALLOTTI BONAVIDES
 Procuradora de Justiça, Coordenadora do Núcleo de Política e Procedimentos de Autocomposição do MPPE, Subprocuradora-Geral para Assuntos de Planejamento Institucional do MPPE

PALESTRANTES
MÁRCIO ANTÔNIO ALVES DE OLIVEIRA
 Promotor de Justiça do Ministério Público do Maranhão
RAFAEL PEREIRA
 Promotor de Justiça do Ministério Público do Paraná

21 de junho, às 14h
 Evento On-line
 Canal da ESMP/MA no Youtube

MPMA Escola Superior do Paraná ESPMPMA

PALESTRA

"Equilíbrio emocional: gerenciamento das emoções e o desenvolvimento da consciência emocional" e "A importância da inteligência emocional nas relações sociais"

PALESTRANTE
ANA BEATRIZ ROCHA LIMA
 Colaboradora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (LNB/DFP), Psicóloga, Profª substituta do Departamento de Psicologia da UFMA, Pesquisadora e palestrante

Público-alvo: membros, servidores e estagiários do MPMA e público externo

23 de junho, às 10h - Evento Presencial
 Auditório do Centro Cultural e Administrativo do MPMA

MPMA ESPMPMA

OFICINA

Ministério Público para Intérpretes - Módulo 1

PALESTRANTES

KARLA ADRIANA HOLANDA FARIAS VIEIRA
Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA) e Diretora da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão (ESMP-MA)

HERMES ZANETI JUNIOR
Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) e Diretor da ENAMP

ANA LUIZA ALMEIDA FERRO
Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), Coordenadora do Programa de Pós-Graduação da ESMP-MA

SANDRO CARVALHO LOBATO DE CARVALHO
Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), Coordenador do Centro de Apoio Operacional do JUI

ANTÔNIO COELHO SOARES JUNIOR
Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA)

Público-alvo: Intérpretes de Libras

26 de junho de 2023, às 9h
Presencial - ESMP



MPMA **MPMA** **ESMPMA**

EVENTO

Capacitação sobre direitos das pessoas em situação de rua e atendimento adequado a este público

PALESTRANTE

LEONARDO PINHO
Diretor de Diretoria, Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua e Mesa Diretora do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

MEDIADOR


JOSE MÁRCIO MAIA ALVES
Diretor de Secretarias para Assuntos Institucionais do Ministério Público do Maranhão (SEGINST)

DEBATEDORA

CRISTIANE GOMES COELHO MAIA LAGO
Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão - MPMA, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania do MPMA.

Público-alvo: promotores, servidores, integrantes de conselhos de políticas públicas

27 de junho, às 9:00h
Presencial - Auditório do Centro Cultural e Administrativo do MPMA



MPMA **ESMPMA**

WEBINAR

DIÁLOGO COM O MINISTÉRIO PÚBLICO: POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL, ALCOOL E OUTRAS DROGAS

25 DE MAIO 9H

TRANSMISSÃO AO VIVO:
Canal do SES no YouTube.

MPMA **ESMPMA**



MPMA

PALESTRA

Tema: DIREITOS, RESPONSABILIDADES E MEIOS PARA COMBATER A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Um diálogo informativo com alunos do Colégio Militar Tiradentes I. Além dos membros, servidores e estagiários do MPMA.

Dr. Sebastião Figueiredo
Promotor de Justiça Coordenador CAJCV

PATRICIA MARIA DA SILVA
Promotora de Justiça Coordenadora CAJCV

Dia 02 de Maio
16:00h - presencial e gratuito

Auditoria do Centro Cultural do Ministério Público

inscrições: www.esmp.ma.br

MPMA **MPMA** **MPMA**

SOFRIMENTO FETAL
Sofrimento de Todos

16 de março de 2023, a partir das 8h
Auditório do Faculdade FACIMP
Av. Prudente de Moraes s/n, Imperatriz/MA

Arrematadora
Dr. Thiago de Oliveira Costa Pires
Promotor de Justiça de Proteção

PALESTRANTES

Aberturas
Dr. Benedito de Lourival Queiroz Brito
Analista Técnico Fiscal

Informante Pául Crôstini
Dr. Igor de Castro Mendes Santos
Ginecologista e Obstetra
Coordenador Acadêmico da Faculdade de Medicina de Alfama de Imperatriz - FAM

Blayne Castro Ferreira
Especialista, Especialista em Ginecologia Obstétrica e Neonatologia, Sócio de Fundação Saúde Materna

Paul Daniel
Dr. Paulo Roberto de Sales Netto
Médico Especialista em Saúde da Família

Artur Perinetti
Dr. Tasso Maria Soares Assis/Assessor Jurídico
Perito - Neurologista Coordenador do Núcleo Neurológico e do Núcleo de Diagnóstico e Tratamento de Doenças Neurológicas do Hospital Geral de Imperatriz, membro do Departamento Científico de Neurologia do IGP e Chefe de Serviço de Saúde da Família de Imperatriz

Dra. Margarete Vain
Médica Neuropsiquiatra assistente da Sociedade de Psiquiatria e Psicologia do Maranhão, membro do Departamento Científico de Neuropsiquiatria do IGP e Chefe de Serviço de Saúde da Família de Imperatriz

Resumo/Relatório Médico/Instituto
Dra. Mariana Pedreira Buarim
Médica pelo Departamento Científico de Psicologia Hospitalar do Hospital Geral de Imperatriz, membro do Departamento Científico de Psicologia Hospitalar do Hospital Geral de Imperatriz, Chefe de Serviço de Saúde da Família de Imperatriz

Dra. Letícia Lima Mendes
Desenvolvedora Clínica, Neuropsiquiatra Médica
Coordenadora de Saúde da Família - Hospitalidade de Alfama de Imperatriz

MPMA

UM ENCONTRO DE VOZES PARA UM NOVO FUTURO

DIÁLOGOS PELO CLIMA

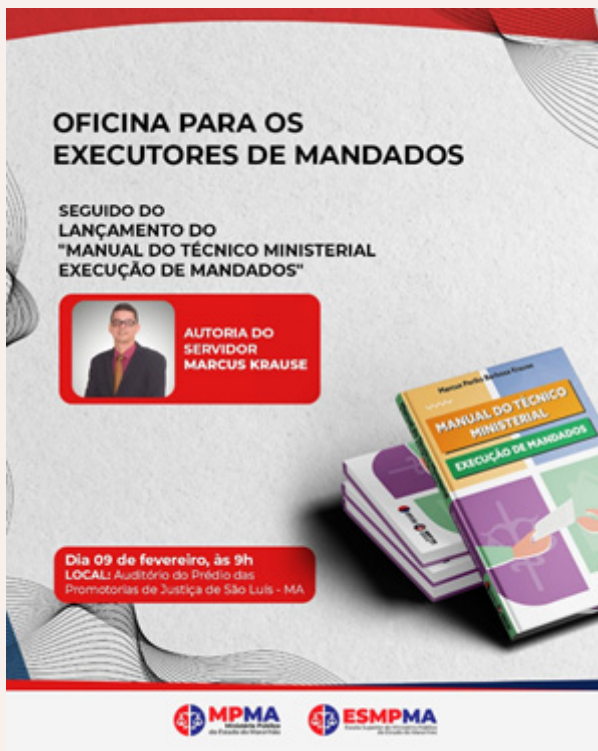
// DATA
Dia 24 de março

// HORA
8h30 às 18h

// LOCAL
Escola Superior do Ministério Público do Maranhão
Rua Oswald Cruz, nº 1306 - Centro

COPAÍBAS

MPMA



O evento contou com a participação da Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dra. Regina Maria da Costa Leite e dos presidentes da ASFUMPEMA e do SINDSEMP-MA.

PALESTRA

A justiça é uma mulher negra: raça e gênero no sistema de justiça brasileiro

PALESTRANTE
LÍVIA SANT'ANNA VAZ
 Promotora de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos do MPMA, autora da obra "A Justiça é uma mulher negra"

Parceiro: CAO Mulher

Público-alvo: Membros, servidores, estagiários do MPMA e público externo

27 de Março, pontualmente às 08:00h
 no Auditório do Centro Cultural MPMA



Com o 100º aniversário da abolição dos castigos corporais do Brasil




CURSO

Direito Processual das Famílias para o Ministério Público

PALESTRANTE



RAFAEL CALMON
Doutor (UERJ) e Mestre (UFES) em Direito Processual Civil; Escritor; Juiz de Direito do TJES

Público-alvo: Membros, servidores e estagiários MPMA

31 de março, das 09h às 17h
Auditório da PROMOCAP





Capacitação da rede de serviços socioassistenciais do município de Bacabal



Palestrante Dr. Gleudson Malheiros Guimarães, Coordenador do CAO/IJ

Aprendendo sobre Transtorno do Espectro Autista – Bacabal

CONFERÊNCIA

Aprendendo sobre Transtorno do Espectro Autista

PALESTRANTES

JÓÃO ARNALDO DINIZ NETO
Presidente do Conselho e da administração da ESMP/MA, membro do Conselho Diretivo das pessoas autistas do CAD-MA

WELLINGTON BECKMAN
Vice presidente do Conselho das pessoas do Conselho Diretivo da ESMP/MA

TELMA SÁ
Médica, psicóloga, especialista em avaliação de desempenho aplicado para pessoas autistas

FLÁVIA NEVES
Médica, Coordenadora do Serviço de Atendimento à Pessoa com TEA no Centro Especializado de Atenção Integral (CEAI)

MARLENE ANDREIROS GARNETO
Assistente Social, Coordenadora do Curso de Iniciação de Apoio à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

TÁCIATA PEREIRA RIOS
Assistente Social, integrante do Núcleo de Atendimento ao Curso de Iniciação de Apoio à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

Índice: alunos, membros, assessores, estagiários, profissionais da saúde, acadêmicos sociais, mães, pais e familiares de autistas, sociedade em geral

29 de maio de 2023, às 13h30
Auditório da Faculdade
Pós-graduação de Bacabal



MPMA **ESMP/MA**



ESMP LITERÁRIA

17ª ESMP LITERÁRIA
100 anos do SAMPAIO CORRÊA

Palestrantes
HUGO JOSÉ SARAIVA RIBEIRO
Professor de Educação Física (PM); Autor do livro "Sampaio Corrêa, uma paixão para Maranhenses"
CLAUNÍSIO AMORIM CARVALHO
Atletista e jogador de futebol; Autor do livro "Fama, glória e participação: os primeiros tempos do futebol em São Luís (1906-1922)"

Debate
RAIMUNDO NÔNATO DE CARVALHO FILHO
Presidente do Conselho de Administração
GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO
Vice-Presidente e Diretor de 1997-1998
JOSÉ FRAZÃO SA MENEZES NETO
Presidente do Conselho de 1998-2003
CARLOS HENRIQUE RODRIGUES VIEIRA
Presidente do Conselho de 2003-2008

Diá 17 de março, às 10h
No Auditório do Centro Cultural do Ministério Público
Secret: Rua Desemb. Cruz, nº 1006, Centro-geral, 3. Faculdade-Estácio

Logos: MPMA, Sampaio Corrêa, ESMPMA

Com a abertura de uma exposição e a promoção do debate “100 anos do Sampaio Corrêa” na 17ª Edição da ESMP Literária, o Ministério Público do Maranhão homenageou, na manhã do dia 17/03/2023, no Centro Cultural do Ministério Público do Maranhão, o centenário do clube mais antigo e de maior popularidade da capital maranhense, o Sampaio Corrêa, fundado em 23 de março de 1925. Membros e servidores do MPMA, representantes do clube e de outras instituições, estudantes, torcedores e pesquisadores participaram das atividades. Organizadas pela Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP) e pelo Centro Cultural, as atividades objetivam incentivar a prática desportiva, em particular o futebol, como forma de cidadania e garantia de direitos, conforme preconizam a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).





Da esquerda para a direita: Gerson Costa, Desembargador do TRT; Carlos Henrique Vieira, Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão do MPMA; Sandra Alves Elouf, Ouvidora do MPMA; Sérgio Frota, Presidente do Sampaio Corrêa; Karla Farias Vieira, Diretora da ESMP/MA; e Romário Barros, Secretário da SEMDEL.



Da esquerda para a direita: Claunísio Amorim Carvalho, historiador e servidor do MPMA; Gerson Costa, Desembargador do TRT; Carlos Henrique, Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão do MPMA; Ana Luiza Ferro, Promotora de Justiça Auxiliar da ESMP/MA; José Frazão Menezes Neto, Promotor de Justiça do MPMA e Hugo Saraiva, professor de Educação Física e pesquisador.



O professor de educação física e pesquisador Hugo José Saraiva Ribeiro e o historiador e servidor do MPMA Claunísio Amorim Carvalho discorreram sobre a trajetória do clube. Hugo Saraiva é autor do livro “Sampaio Corrêa: uma paixão dos maranhenses”, enquanto Claunísio Amorim é autor de “Terra, grama e paralelepípedos: os primeiros tempos do futebol em São Luís (1906-1930)”.



PRÁTICAS DESPORTIVAS SÃO DIREITOS DE TODOS

É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um (art. 217, CF)

LAZER É DIREITO SOCIAL

O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social (Art. 217, §3º, CF)

ESPORTE PARA O DESENVOLVIMENTO

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação do direito ao esporte e ao lazer à crianças e adolescentes (art. 4º, ECA)

MPMA Ministério Público do Estado do Maranhão | ESMPMA Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão

17ª ESMP LITERÁRIA

100 anos do **SAMPAIO CORRÊA**

Estádio Santa Isabel 1907 - 1972

ERRA, GRAMA ARALELEPIPEDOS

MPMA Ministério Público do Estado do Maranhão | ESMPMA Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão



Em alusão aos 200 anos de nascimento do poeta Gonçalves Dias (1823-1864), maior expressão do romantismo na poesia brasileira, a Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP) promoveu, na manhã do dia 30/05/2023, a 18ª Edição ESMP Literária, com a palestra “O indígena na obra de Gonçalves Dias”, proferida pelo professor e escritor Rossini Corrêa, membro das Academias Maranhense e Brasiliense de Letras. Membros e servidores do MPMA, escritores e integrantes das Academias Maranhense e Ludovicense de Letras, professores e alunos do ensino médio do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Iema) – Gonçalves Dias, acompanharam a atividade.

Como debatedor, participou o presidente da Academia Maranhense de Letras, Desembargador Lourival Serejo. A mediação ficou a cargo da Promotora de Justiça Ana Luiza Almeida Ferro, também membro da AML e da ALL. Igualmente esteve presente no evento a Procuradora de Justiça aposentada Elymar Figueiredo.

Participantes da 18ª ESMP Literária



Da esquerda para a direita: Promotor de Justiça Carlos Henrique Vieira, servidora da ESMP/MA Sâmia Verri, Promotora de Justiça Ana Luiza Ferro, Desembargador Lourival Serejo, Procuradora de Justiça aposentada Elymar Figueiredo, professor e escritor Rossini Corrêa, Diretora da ESMP/MA Karla Farias Vieira e as Promotoras de Justiça Cristiane Lago e Elyjeane Carvalho.

Público presente na 18ª ESMP Literária



ESMP/MA EM NÚMEROS



ESMP/MA EM NÚMEROS 2023

Escola Superior do
Ministério Público do Maranhão



TOTAL DE ATIVIDADES
REALIZADAS

67



HORAS AULA OFERTADAS

356



TOTAL DE INSCRITOS:

6.041

(Membros - 669 / Servidores - 1.168 /
Público Externo - 4.204)



TOTAL DE INSCRIÇÕES NO
CANAL DO YOUTUBE

3.744



TOTAL DE CERTIFICAÇÕES

3.797

(62,85% de participações)



VISUALIZAÇÕES DO CANAL

79.439



PORCENTAGEM DE
SATISFAÇÃO DOS ALUNOS

96,63%

(ótimo/bom)

ATOS NORMATIVOS

EDITAL - ESMP 12023

A DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO, na forma do ART. 10, I, b, do Regimento Interno (ATO REGULAMENTAR No. 03/2019-GPGJ) e mediante autorização do Conselho Pedagógico em sessão datada de 10 de março de 2023, instituiu o NÚCLEO DE ESTUDOS PERMANENTE, com tema “GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM DIREITOS HUMANOS E INTERSECCIONALIDADES NA AMAZÔNIA (GEPIDA-ESMP/MA)”, sob a coordenação da Promotora de Justiça Karla Adriana Holanda Farias Vieira, com plano de trabalho em anexo.

Outrossim, os encontros do Núcleo de Estudos ocorrerão preferencialmente na modalidade online, com periodicidade mensal, de acordo com o cronograma elaborado pela Coordenação do Núcleo, com início previsto para 12 de abril de 2023, às 10h.

Comunica, ainda, que membros, servidores e estagiários que desejarem se inscrever no Núcleo de Estudos poderão fazê-lo no período de 15/03/2022 a 27/03/2022, pelo e-mail esmp@mpma.mp.br, sob assunto “Inscrição Núcleo de Estudos” indicando nome completo, matrícula e local de lotação.

Serão ofertadas 30 (trinta) vagas aos interessados, com reserva de 10 (dez) vagas para membros do Ministério Público do Estado do Maranhão, e, havendo necessidade, será observada a ordem de manifestação de interesse via e-mail como critério de desempate.

São Luís, 15 de março de 2023.

assinado eletronicamente em 15/03/2023 às 14:09 h ()*

KARLA ADRIANA HOLANDA FARIAS VIEIRA

DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade Proponente:			CNPJ: -
Escola Superior do Ministério Público do Maranhão			
Endereço:			Bairro:
Rua Oswaldo Cruz, nº 1396			Centro
Cidade:	UF:	CEP:	DDD/Telefone:
São Luís	MA	165020-910	(98) 3219-1968 / 1969
Nome da Responsável/Coordenadora: Karla Adriana Holanda Farias Vieira			
Cargo: Promotora de Justiça	Função: Diretora da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão		

2. DISCRIMINAÇÃO DO GRUPO DE ESTUDOS

Título do Projeto: GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM DIREITOS HUMANOS E INTERSECCIONALIDADES NA AMAZÔNIA (GEPIDA-ESMP/MA)	Período de Execução Grupo de Pesquisa permanente, com início em abril/2023
Público-alvo: membros, servidores e estagiários do MPMA	Participantes: 30 vagas.
Identificação do Objeto: Abordar a temática dos Direitos Humanos na Amazônia, alinhando-as à atuação do Ministério Público do Estado do Maranhão.	
Objetivos: a) Produzir e difundir conhecimentos científicos na temática de Direitos Humanos na Amazônia, com enfoque no Estado do Maranhão, por meio de publicações científicas e eventos; b) Mapear situações de violências aos Direitos Humanos no território da Amazônia Maranhense, com vistas a orientar a atuação do Ministério Público do Maranhão; c) Contribuir na qualificação e aperfeiçoamento de membros, servidores e estagiários do Ministério Público do Estado do Maranhão;	

Justificativa: CONSIDERANDO a Recomendação nº 54, de 28 de março de 2017 do CNMP, que dispõe sobre a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro, determinando que “sem prejuízo da respectiva autonomia administrativa, cada ramo do Ministério Público adotará medidas normativas e administrativas destinadas a estimular a atuação resolutiva dos respectivos membros e a cultura institucional orientada para a entrega à sociedade de resultados socialmente relevantes” (art. 1º); CONSIDERANDO a Recomendação nº 61, de 25 de julho de 2017 do CNMP, que recomenda às unidades e aos ramos do Ministério Público brasileiro a realização de encontros com os movimentos sociais; CONSIDERANDO a Recomendação nº 40, de 9 de agosto de 2016 do CNMP, que recomenda a criação de órgãos especializados na promoção da igualdade étnico-racial, a inclusão do tema em editais de concurso e o incentivo à formação inicial e continuada sobre o assunto; CONSIDERANDO a Recomendação nº 63, de 26 de janeiro de 2018 do CNMP, que dispõe sobre a necessidade de especialização de órgãos do Ministério Público para a atuação nos conflitos coletivos agrários e fundiários;

CONSIDERANDO a Recomendação nº 85, de 28 de setembro de 2021 do CNMP, que dispõe sobre o fomento à fiscalização, pelo Ministério Público, dos parâmetros de acolhimento das pessoas LGBTI+ privadas de liberdade em estabelecimentos penais;

CONSIDERANDO a Recomendação nº 88, de 27 de janeiro de 2022 do CNMP que dispõe sobre a criação de um canal especializado, denominado Ouvidoria das Mulheres, no âmbito das Ouvidorias Gerais de todos os ramos e unidades do Ministério Público e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Recomendação nº 89, de 27 de janeiro de 2022 do CNMP que Dispõe sobre a criação da semana “Ciclo de Diálogos da Lei Maria da Penha”, a ser realizada anualmente, no mês de agosto, em todas as unidades e ramos do Ministério Público brasileiro;

CONSIDERANDO a Resolução nº 230, de 8 de junho de 2021 do CNMP que disciplina a atuação do Ministério Público brasileiro junto aos povos e comunidades tradicionais;

CONSIDERANDO a Recomendação Geral CN-CNMP Nº 2, de 4 de junho de 2017, que estabelece diretrizes para estruturação e organização das Escolas Institucionais do Ministério Público Brasileiro, que entre outras disposições observa a importância da autonomia pedagógica e gerencial que garantam a qualidade e o suporte na qualificação, formação e capacitação, bem como, na produção e difusão do conhecimento;

CONSIDERANDO o cumprimento da Agenda 2030, em destaque o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 16): Paz, Justiça e Instituições Eficazes cujo objetivo é promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça em todos os níveis;

CONSIDERANDO que a Amazônia Legal ocupa 5.015.068,18 quilômetros quadrados (km²), correspondentes a cerca de 58,9% do território brasileiro, de 8.510.295,914 km². E que o Estado do Maranhão é o que possui maior número de municípios na Amazônia Legal, 181 municípios (IBGE, 2021);

CONSIDERANDO que a taxa de desmatamento da Amazônia Legal no Estado do Maranhão alcançou 282 km² (INPE. 2022);

Propõe-se o presente grupo de estudos de caráter permanente, com vistas à abordar a temática dos Direitos Humanos na Amazônia, alinhando-as à atuação do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Linhas de Pesquisa:

I- Ministério Público e relações de gênero, raça, etnia e classe

A linha de pesquisa objetiva analisar a atuação do Ministério Público quanto às relações de gênero, raça, etnia e classe no contexto da Amazônia, sobre o prisma da interseccionalidade. Para que este órgão ministerial consiga se aproximar dos sujeitos e auxiliar na promoção de suas garantias, faz-se relevante um olhar com a intersecção de identidades sociais e análise de sistemas de opressão, dominação ou discriminação no espaço amazônico.

Território e indivíduos são alicerces indissociáveis para a construção de políticas públicas eficazes na promoção da inclusão, cidadania e na dignidade da pessoa humana. É razoável que o Ministério Público considere debater desigualdades raciais, classistas e de gênero levando em consideração a combinação de fatores que historicamente reforçam exclusões. A discussão interseccional no contexto da Amazônia suscita então que diversos são os sujeitos de direitos que sofrem injustiças simultâneas e o fato de estarem ligados ao território em comento, traz particularidades que precisam ser levantadas.

A desigualdade de gênero continua sendo um desafio fundamental e o enfrentamento dessa questão está em compasso com um dos Princípios do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. A partir disto, é possível ter como exemplo a problematização da categoria “mulher” como sujeito do feminismo afirmando que o gênero estabelece interseções com outras modalidades étnico-raciais e que, para fins de reconhecimento e redistribuição de recursos, é preciso considerá-la em seu todo (BUTLER, 2003).

A mulher indígena retrata bem esses encontros de identidades quando uma de suas vertentes de análise comporta o estudo da Lei Maria da Penha, identificando lacunas e inadequações legislativas e propiciando a indispensável identificação das violações sofridas e os mecanismos mais eficazes para gestão desses conflitos, que não necessariamente são os mesmos destinados a mulher branca residente na área urbana.

Retirar a invisibilidade das violações perpetradas contra a mulher indígena nas mais diversas esferas da sua personalidade, e aproximar o Ministério Público como instituição ativa na promoção de justiça a esse público se coaduna com a busca pelo acesso à justiça material.

Conforme censo demográfico do ano de 2010 realizado pelo IBGE, o Maranhão contava com população autodeclarada indígena de 38.831 índios, 76% vivendo em terras indígenas. No entanto, segundo relatos de lideranças indígenas esses números não mais correspondem à realidade social, sendo necessário, portanto, um levantamento efetivo da identidade desses povos e suas peculiaridades. Cabe ao núcleo de estudos nesse sentido identificar cada uma dessas realidades para em seguida propor modelos de atuação ao Ministério Público.

No mesmo sentido, a relação entre cor, etnicidade e hierarquia social no Brasil é outra combinação que reforça a necessidade da compreensão de vetores antropológicos e sociológicos na efetivação deste órgão ministerial frente às atuações no espaço da Amazônia. A linha de pesquisa em comento permite, portanto, um estudo interdisciplinar de categorias para que haja efetividade nas ações do Ministério Público.

Uma das principais proposições aqui colocadas é de que a observação feita entre raça e classe seja útil para aprofundar a leitura de relações sociais vinculadamente. Respeitar as diferentes concepções de Direitos Humanos dentro de suas essências é o que auxilia na concessão material de direitos civis, políticos, econômicos e culturais, por exemplo.

A Resolução nº 230/2021 do CNMP, em seu art. 7º, reforça o papel do Ministério Público na elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas, com o devido zelo à territorialidade, à autonomia dos grupos e às suas especificidades socioculturais.

II - Povos e Populações Tradicionais e Sustentabilidade Socioambiental na Amazônia Maranhense

A linha de pesquisa objetiva analisar a atuação do Ministério Público na promoção de garantias fundamentais aos povos e populações tradicionais, com especial destaque a promoção da sustentabilidade socioambiental na Amazônia Maranhense.

A Amazônia Legal ocupa 5.015.068,18 quilômetros quadrados (km²), correspondentes a cerca de 58,9% do território brasileiro, de 8.510.295,914 km², tendo o Estado do Maranhão o maior número de municípios na Amazônia Legal, 181 municípios (IBGE, 2021).

Ocorre que, de acordo com dados do INPE (2022), a taxa de desmatamento da Amazônia Legal no Estado do Maranhão alcançou 282 km², em 2022, ressaltando a necessidade de estabelecer diálogos sobre sustentabilidade socioambiental neste espaço.

Nos termos do relatório “*Povos indígenas e comunidades tradicionais e a governança florestal*” (2021), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe (FILAC), as taxas de desmatamento na América Latina e no Caribe são significativamente mais baixas em áreas indígenas e de comunidades tradicionais onde os governos reconhecem formalmente os direitos territoriais coletivos. (FAO; FILAC, 2021)

A taxa de desmatamento dentro das florestas indígenas onde a propriedade da terra foi assegurada é 2,8 vezes menor do que fora dessas áreas na Bolívia, 2,5 vezes menor no Brasil e 2 vezes menor na Colômbia. Os territórios indígenas que receberam direitos totais de propriedade coletiva entre 1982 e 2016 no Brasil tiveram taxas de desmatamento 66% menores. (FAO; FILAC, 2021)

Ainda, em termos numéricos, os povos indígenas ocupam 404 milhões de hectares na América Latina, participando da governança comunal de 320 a 380 milhões de hectares de florestas. Em outros termos, cerca de 35% das florestas da América Latina encontram-se em áreas ocupadas por grupos indígenas e quase metade (45%) das florestas intactas restantes (grandes áreas de floresta não degradadas) na bacia amazônica estão em territórios indígenas. (FAO; FILAC, 2021)

Percebe-se assim na territorialidade um fator de identificação e desenvolvimento dos povos indígenas e tradicionais, com destacada atuação na governança florestal e proteção do meio ambiente, razões pelas quais devem ser estimuladas pesquisas voltadas ao fortalecimento das organizações de povos indígenas e tradicionais, reconhecendo-se o papel da juventude indígena e das mulheres indígenas.

A violação da propriedade coletiva de comunidades tradicionais deve estar no radar de atuação do Ministério Público do Maranhão, sobretudo quando há flagrante violência operando-se no Estado do Maranhão, como o Caso das Comunidades Quilombolas de Alcântara/MA, apresentado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), em 5 de janeiro de 2022.

Em apertada síntese, o caso diz respeito à responsabilidade internacional do Brasil por afetar o patrimônio coletivo de 152 comunidades Quilombolas de Alcântara, em razão da falta de

emissão de títulos de propriedade de suas terras, da instalação de uma base aeroespacial sem a devida consulta e consentimento prévio, da desapropriação de suas terras e territórios e da falta de recursos judiciais para remediar tal situação.

Em reforço a necessidade de alinhamento da atuação institucional também aos instrumentos e normativas internacionais, tramitam no Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP: a) proposta de Recomendação no sentido de o Ministério Público brasileiro observar os tratados, convenções e protocolos internacionais de direitos humanos, bem como de utilizar a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) em suas manifestações, quando pertinente; b) proposta de Resolução com objetivo de instituir no âmbito do CNMP o Comitê Permanente Nacional de Monitoramento da Implementação de Decisões de Órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (CONADH), voltado a acompanhar as medidas adotadas pelo Ministério Público para o cumprimento das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que digam respeito ao Estado brasileiro, bem como a prestar apoio aos órgãos do Ministério Público incumbidos de tal encargo.

Parece-nos, portanto, que o desenvolvimento de uma cidadania socioambiental perpassa pelo conhecimento da historicidade e práticas de governança comunal dos povos e populações tradicionais.

O desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais é objeto de política nacional instituída pelo Decreto n. 6.040/2007, cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Possui como instrumentos de implementação os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto de 13 de julho de 2006; os fóruns regionais e locais; e o Plano Plurianual.

Em se tratando de uma política pública, e considerando os deveres constitucionalmente impostos ao Ministério Público por força do art. 129, V, da CF, bem como os termos da Resolução n. 230/2021 do Conselho Nacional do Ministério Público, propõe-se na presente linha de pesquisa a análise e acompanhamento dos planos de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, bem como da elaboração, implementação e monitoramento de outras políticas públicas.

Outrossim, devem os órgãos do Ministério Público orientar as suas unidades quanto ao atendimento dos povos e comunidades tradicionais, com base no respeito à autoidentificação e atenção às especificidades socioculturais, não reduzindo sua proteção ao debate de posse e propriedade, mas sim, observando os direitos fundamentais e os aspectos existenciais dos bens jurídicos em discussão.

Metodologia:

Os encontros do núcleo de estudos acontecerão com periodicidade mensal, na modalidade *online*, com exposição de temas por convidados externos e internos, além da abordagem de livros, filmes/séries e outros materiais de apoio. Outrossim, o núcleo contará com espaço virtual na plataforma Moodle, acessível apenas aos inscritos, para fins de disponibilização de links, textos, livros, informes de atividades, criação de fóruns de debates, e outros elementos de composição da trilha de aprendizagem, com vistas a fortalecer a construção de uma comunidade.

Resultados:

Produção bibliográfica com publicação de artigos científicos sobre a temática, para além da participação em eventos, congressos, seminários para difusão dos dados levantados.

Certificação:

A certificação dos participantes do Núcleo de Estudos ocorrerá pela Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, com periodicidade semestral, mediante comprovação de frequência mínima de 75% das horas letivas cumpridas.

Referências:

BUTLER, Judith. Gender trouble. Continental feminism. p.29-56, 2003.

FAO y FILAC. 2021. *Los pueblos indígenas y tribales y la gobernanza de los bosques. Una oportunidad para la acción climática en América Latina y el Caribe*. Santiago. FAO.

3. EXECUÇÃO (Meta, Etapa, Fase, Especificação, Indicador Físico e Período de Execução)

Meta	Etapa	Indicador Físico		Realização
		Unidade	Quantidade	Data
Estruturar o Grupo de Estudo.	Elaboração e publicação de Edital de Seleção.	ESMP	1	15/03
	Publicação de Edital de Criação do Grupo de Estudos.	ESMP	1	15/03
	Divulgação do Resultado da Seleção de Inscritos	ESMP	1	28/03
	Criação de espaço virtual do Núcleo de Estudos no Moodle	ESMP	1	15/03
Reunião inaugural do Núcleo de Estudos	Videoconferência com os participantes inscritos para fins de apresentação do Núcleo de Estudos e alinhamento da dinâmica e calendário de atividades	ESMP	1	12/04/2023
Reuniões de trabalho	Videoconferência com os participantes para debate dos temas calendarizados e interlocução com facilitadores convidados	ESMP	8/ano	Início em Abril/2023
Divulgação de resultados/produtos	Disponibilização dos resultados parciais e finais do Núcleo de Estudos (artigos, seminários, banners, cartilhas, etc)	ESMP	3	Anual

Avaliação dos trabalhos do Núcleo de Estudo.	Avaliação de resultados e definição de estratégias futuras.	ESMP	1	A cada 6 meses
--	---	------	---	----------------

4. APROVAÇÃO PELO CONSELHO PEDAGÓGICO

Aprovado	KARLA ADRIANA HOLANDA FARIAS VIEIRA
São Luís (MA),	Promotora de Justiça
10 de março de 2023	Diretora da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP MA)

RESULTADO DA SELEÇÃO PARA O GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM DIREITOS HUMANOS E INTERSECCIONALIDADES NA AMAZÔNIA (GEPIDA-ESMP/MA) - EDT-ESMP – 12023

A DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO, nos termos do EDT-ESMP – 12023, vem pelo presente tornar pública a lista de inscrições deferidas e aprovadas para participação no GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM DIREITOS HUMANOS E INTERSECCIONALIDADES NA AMAZÔNIA (GEPIDA-ESMP/MA)”, nos termos abaixo:

1. HAROLDO PAIVA DE BRITO
2. FRANCISCO TEOMÁRIO SEREJO SILVA
3. BEATRIZ DE OLIVEIRA COSTA SOUZA
4. BRENDA KELLEN MATOS LEMOS
5. EZEQUIAS MESQUITA LOPES
6. GILVANA MARIA FERNANDES MACHADO
7. JESSICA KELLY DIAS DURANS
8. JOÃO FRANCISCO AMARAL NETO
9. JONIRA D'EÇA MELO
10. LETÍCIA DE ALMEIDA DOS SANTOS
11. LETÍCIA PRAZERES FALCÃO
12. MAÍRA LOPES DE CASTRO
13. NÍVIA MARIA SODRÉ PINHEIRO
14. THAIS LOPES MOURA
15. VALÉRIA CRUZ RIBEIRO
16. WYNGLEIDY NAYARA RODRIGUES DOS SANTOS

assinado eletronicamente em 28/03/2023 às 08:35 h ()*

KARLA ADRIANA HOLANDA FARIAS VIEIRA

DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO



PORTARIA-ESMP - 12023

A DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o teor da Portaria-ESMP 6/2022, que aprovou o Plano de Formação em Educação Ambiental, quanto ao art. 1º, § 1º, ficando atribuída a sua coordenação ao Diretor da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

assinado eletronicamente em 31/01/2023 às 13:24 h ()*

KARLA ADRIANA HOLANDA FARIAS VIEIRA

DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO



PORTARIA-ESMP - 32023

Regulamenta o processo para a concessão de moção pela ESMP/MA.

A DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente as contidas no artigo 7º, parágrafo único, do Ato Regulamentar nº 03/2019-GPGJ (Regimento Interno da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão),

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar, no âmbito desta Escola Superior, manifestações de apoio, reconhecimento, pesar ou protesto em relação a fatos ou atos de relevância pública, social ou institucional,

RESOLVE:

Art. 1º - A concessão de moção, em qualquer de suas modalidades, será outorgada pelo(a) diretor(a) da Escola Superior do Ministério do Maranhão.

Art. 2º- Da estrutura da moção devem constar as seguintes partes: epígrafe, texto e fecho.

I - Epígrafe: contém o nome do documento, grafado em caixa alta e centralizado na página;

II - Texto: contém o(a) destinatário(a) e o motivo da concessão;

III - Fecho: contém a data e assinatura do(a) diretor(a) da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, sem prejuízo de outros dados julgados pertinentes.

Parágrafo único - A concessão das moções será registrada em arquivo próprio, sob a guarda da Secretaria.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Dê-se ciência. Cumpra-se.

assinado eletronicamente em 14/02/2023 às 15:04 h ()*

KARLA ADRIANA HOLANDA FARIAS VIEIRA

DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO



PORTARIA-ESMP – 52023

Publica a relação de membros e servidores integrantes do corpo docente da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, na forma do art. 42, § § do Ato Regulamentar nº 03/2019 (Regimento Interno).

A DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o art. 7º, incisos I e II, do Ato Regulamentar nº 03/2019-GPGJ;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o anexo único desta Portaria, em que consta a relação de membros e servidores integrantes do corpo docente da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, na forma do art. 42, § § do Ato Regulamentar nº 03/2019 (Regimento Interno).

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

assinado eletronicamente em 15/02/2023 às 09:00 h ()*

KARLA ADRIANA HOLANDA FARIAS VIEIRA

DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Quadro de docentes da ESMP/MA - Membros e Servidores

Art. 42, § § do Ato Regulamentar nº 03/2019

AFONSO CLENÍCIO DA COSTA SILVA	Especialista
AARÃO CARLOS LIMA CASTRO	Especialista
ADRIANO RODRIGUES DOS SANTOS	Especialista
ALAN ROBERT DA SILVA RIBEIRO	Mestre
ALAN VASCONCELOS SANTOS	Doutor
ALESSANDRO BRANDÃO MARQUES	Especialista
AMANDA NATÁLIA ALEXANDRE LIRA	Especialista
ANA CAROLINA DINIZ GOMES	Especialista
ANA LUÍSA ROCHA MARTINS NASLAUSKY	Especialista
ANA LUIZA ALMEIDA FERRO	Doutora
ANA TERESA SILVA DE FREITAS	Doutora
ANDERSON SILVA PEREIRA	Especialista
ANDRÉ GONZALEZ CRUZ	Mestre
ANDREA DE MELO NOGUEIRA	Especialista
ANNE CAROLINE SOUSA DE ALMEIDA	Especialista
ANTONIA LIMA DOS REIS	Especialista
ANTONIO ARAÚJO DE ANDRADE	Especialista
ANTÔNIO COELHO SOARES JÚNIOR	Doutor
ANTONIO EUCLIDES LOBATO RAMALHO	Especialista
ANTONIO LISBOA DE CASTRO VIANA JÚNIOR	Mestre
ANTONIO REGINALDO FERNANDES FARIAS	Especialista
APOLIANA FERREIRA SARAIVA	Especialista
ARTUR GUEDES DA FONSECA MELLO	Mestre
BÁRBARA MACHADO ALEXANDRA	Especialista
BENTO RAIMUNDO MENDES NETO	Especialista
BIANKA SEKEFF SALLEM ROCHA	Mestra
BRUNO DENIS VALE CASTRO	Mestre
BRUNO EMANUEL SETUBAL LEARTE	Especialista
CARLA MARIA GOMES LIMA	Especialista
CARLOS AUGUSTO GASPAR DE SOUSA JÚNIOR	Especialista
CARLOS AUGUSTO SOARES	Especialista

CARLOS HENRIQUE BRASIL TELES DE MENEZES	Especialista
CARLOS HENRIQUE RODRIGUES VIEIRA	Doutor
CÁSSIUS GUIMARÃES CHAI	Doutor
CHRISTIANE DE MARIA ERICEIRA SILVA	Mestra
CHRISTIANY NUNES PESSOA OTAVIANO	Especialista
CLARA REGMA SILVA DE LIMA	Especialista
CLÁUDIA LUÍSA DE SOUSA CHAVES	Especialista
CLÁUDIO ALBERTO GABRIEL GUIMARÃES	Doutor
CLÁUDIO LUIZ FRAZÃO RIBEIRO	Mestre
CLÁUDIO MARCELO ARAÚJO AMORIM	Especialista
CLÁUDIO REBÊLO CORREIA ALENCAR	Especialista
CLAUNÍSIO AMORIM CARVALHO	Mestre
CLODOMIR BANDEIRA LIMA NETO	Especialista
CRISTIANE GOMES COELHO MAIA LAGO	Mestra
DENISE DE OLIVEIRA BELÉM	Especialista
DÉRCIO COUTINHO SANTIAGO	Especialista
DOMINGOS EDUARDO DA SILVA	Mestre
DYRANT CARDOSO DE OLIVEIRA	Especialista
EDNARG FERNANDES MARQUES	Especialista
EDUARDO ANDRÉ DE AGUIAR LOPES (PROM)	Especialista
EDUARDO LUÍS LIMA SOARES	Especialista
EKLEN MARCELO ABREU SMITH	Especialista
ELIANDRO RÔMULO CRUZ ARAÚJO	Especialista
ELIANE DA COSTA RIBEIRO AZOR	Mestra
ELYJEANE ALVES DE CARVALHO	Mestra
EMMANUEL JOSÉ GUTERRES PERES NETTO SOARES	Especialista
ESTEVAM CARLOS DE OLIVEIRA LULA	Doutor
EZEQUIAS MESQUITA LOPES	Mestre
FÁBIO HENRIQUE MEIRELLES MENDES	Especialista
FELIPE AUGUSTO ROTONDO	Especialista
FERNANDA MARIA GONÇALVES DE CARVALHO	Mestra
FERNANDA MARÍLIA CAROLINA ARAÚJO	Especialista
FERNANDO AMERICO COSTA RIBEIRO	Especialista
FERNANDO AMÉRICO COSTA RIBEIRO	Especialista
FERNANDO ANTÔNIO BERNIZ ARAGÃO	Especialista

FLÁVIA VALÉRIA NAVA SILVA	Especialista
FLÁVIO SILVA NUNES	Especialista
FREDERICO JOSÉ GOMES DOS SANTOS PFLUEGER	Especialista
GABRIEL SODRÉ GONÇALVES	Mestre
GABRIELE GADELHA BARBOZA DE ALMEIDA (PROM)	Especialista
GIOVANA CANAVIEIRA FURTADO	Especialista
GLADSTON FERNANDES DE ARAÚJO	Mestre
GUILHERME ANTONIO SILVA FILGUEIRAS	Especialista
GUSTAVO ANTONIO CHAVES DIAS	Especialista
HAGAMENON DE JESUS AZEVEDO	Especialista
HENRIQUE HÉLDER DE LIMA PINHO	Especialista
HERBERTH COSTA FIGUEIREDO	Doutor
HERLANE MARIA FERNANDES DE CARVALHO	Especialista
HOENDEL FALCÃO PEREIRA JÚNIOR	Especialista
HUGO CAMPOS DE SANTANA	Especialista
IANDEYJARA IZABEL ARAÚJO DA SILVA SANTOS	Especialista
IGOR ADRIANO TRINTA MARQUES	Mestre
ILMA DE PAIVA PEREIRA	Mestra
IVALDO DA CRUZ LIMA JÚNIOR	Especialista
JADILSON CIRQUEIRA DE SOUSA	Especialista
JHONATHA JARDIM DE SOUSA COSTA	Especialista
JOANILCE GUSMÃO MOTA LIMA	Especialista
JOÃO BATISTA PEREIRA BORGES	Especialista
JOÃO FRANCISCO AMARAL NETO	Especialista
JOÃO MARCELO MOREIRA TROVÃO	Especialista
JOAQUIM RIBEIRO DE SOUZA JUNIOR	Mestre
JOCÉLIA LIMA MENDES EWERTON	Especialista
JORGE DAVID SILVA FRAZÃO JUNIOR	Especialista
JOSÉ ANTONIO ROCHA DA SILVA	Especialista
JOSÉ CARLOS FARIA FILHO	Especialista
JOSÉ CLÁUDIO ALMADA LIMA CABRAL MARQUES	Mestre
JOSE HENRIQUE FRAZAO COSTA	Mestre
JOSÉ MÁRCIO MAIA ALVES	Mestre
JOSÉ MARIANO RANGEL COSTA FERREIRA	Especialista
JOSÉ OSMAR ALVES	Especialista

JUIZANE SOUSA DE HOLANDA OLIVEIRA	Especialista
JULIANA SOARES DA SILVA	Especialista
KARINA FREITAS CHAVES	Mestra
KARLA ADRIANA HOLANDA FARIAS VIEIRA	Doutora
KARLLA REGINA DA SILVA LINHARES	Especialista
LARISSA SÓCRATES DE BASTOS	Especialista
LAUBER JOSE DOS SANTOS ALMEIDA JUNIOR	Doutor
LENA CLÁUDIA RIPARDO PAUXIS	Mestra
LEONARDO RODRIGUES SAMPAIO	Mestre
LETÍCIA PRAZERES FALCÃO	Mestra
LIA RAQUEL DA CRUZ BATISTA DA HORA	Especialista
LÍGIA MARIA DA SILVA CAVALCANTI	Doutora
LINDEMBERG DO NASCIMENTO MALAGUETA VIEIRA	Especialista
LIVIA SILVA SANTOS	Especialista
LORENA GISELE CARVALHO CARTONILHO	Especialista
LÚCIA HELENA SARAIVA DE OLIVEIRA	Mestra
LÚCIO LEONARDO FROZ GOMES	Especialista
LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO	Mestre
MADSON QUEIROZ SOUSA	Especialista
MAICY MILHOMEM MOSCOSO MAIA	Mestra
MÁRCIA HAYDÉE PORTO DE CARVALHO	Doutora
MÁRCIO ANTÔNIO ALVES DE OLIVEIRA	Especialista
MÁRCIO THADEU SILVA MARQUES	Especialista
MARCO ANTONIO SILVA AMORIM	Especialista
MARCO AURÉLIO CORDEIRO RODRIGUES	Especialista
MARCO AURÉLIO RAMOS FONSECA	Especialista
MARCO TULIO RODRIGUES LOPES	Mestre
MARCOS VALENTIM PINHEIRO PAIXÃO	Mestre
MARCUS PERIKS BARBOSA KRAUSE	Especialista
MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO	Especialista
MARIA DE JESUS RODRIGUES ARAÚJO HEILMANN	Doutora
MARIA DOS REMÉDIOS RIBEIRO DOS SANTOS	Especialista
MARIANA LUCENA SOUSA SANTOS	Especialista
MARIANA RODRIGUES VIANA	Mestra
MARILÉA CAMPOS DOS SANTOS COSTA	Especialista

NACÔR PAULO PEREIRA DOS SANTOS	Mestre
NATÁLIA ANCHIETA DE SOUSA	Especialista
NATALIA MACEDO LUNA TAVARES	Especialista
NAZILDA ALVES AIRES	Especialista
OSSIAN BEZERRA PINHO FILHO	Mestre
PATRICIA AGUIAR TAVARES	Mestra
PAULA BRITO DA SILVA	Especialista
PAULO GONÇALVES ARRAIS	Especialista
PAULO ROBERTO BARBOSA RAMOS	Doutor
PEDRO LINO SILVA CURVELO	Especialista
RAQUEL SILVA DE CASTRO	Mestra
RAYSSA DE CARVALHO REIS FREIRE	Especialista
REINALDO CAMPOS CASTRO JÚNIOR	Especialista
REJANE VIEIRA SANTOS	Especialista
RENATA KERLY ARAÚJO SARGES	Especialista
RENNAN RIOS MARQUES ROCHA	Especialista
RICARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA MENDES	Especialista
RITA DE CÁSSIA PEREIRA SOUZA	Especialista
RODOLFO SOARES DOS REIS	Mestre
RODRIGO ALVES CANTANHEDE	Especialista
RONALD PEREIRA DOS SANTOS	Doutor
SAMIRA MERCÊS DOS SANTOS	Especialista
SANDRO CARVALHO LOBATO DE CARVALHO	Especialista
SANDRO POFAHL BÍSCARO	Mestre
SANDRO SOUSA SANTOS	Especialista
SARA RAVENA CAMELO COELHO	Especialista
TAIANA POTIRA PENHA DIAS	Especialista
TARCÍSIO JOSÉ SOUSA BONFIM	Especialista
TATIANA ALVES DE PAULA	Mestra
THARLES CUNHA RODRIGUES ALVES	Especialista
THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO	Doutora
THIAGO CÂNDIDO RIBEIRO	Especialista
THIAGO GOMES VIANA	Mestre
TIAGO QUINTANILHA NOGUEIRA	Especialista
UIUARA DE MELO MEDEIROS	Especialista

VALDENY BARROS	Mestre
VERNER DE ALBUQUERQUE BEZERRA	Especialista
VICENTE GILDÁSIO LEITE JÚNIOR	Especialista
XILON DE SOUZA JUNIOR	Especialista



PORTARIA-ESMP - 62023

Estabelece o calendário de atividades de capacitação e formação da Escola Superior do Ministério Público em 2023.

A DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a determinação contida no art. 27, do Ato Regulamentar nº 03 /2019 – GPGJ, que dispõe sobre o Regimento Interno da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão,

RESOLVE:

Art. 1º - As Atividades de formação e capacitação da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão em 2023 reger-se-ão pelo calendário em anexo.

Art. 2º - A inclusão superveniente de eventos de formação e de capacitação e as alterações do calendário dar-se-ão em razão da necessidade do serviço, ou por conveniência da Administração, reconhecidas pela Diretora da Escola Superior do Ministério Público ou pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

assinado eletronicamente em 09/03/2023 às 11:24 h ()*

KARLA ADRIANA HOLANDA FARIAS VIEIRA

DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DATA	HORÁRIO	EVENTO	CH
24/01	9h	Capacitação sobre Elaboração do Plano Preventivo de Defesa Civil, conforme Lei Federal 12.608 /2012.	4h
27/01	10h	Programa de Formação continuada para as Promotorias de Justiça Especializadas Distritais de Defesa da Cidadania de São Luís (PJDC).	2h
DATA	HORÁRIO	EVENTO	CH
09/02	9h	Oficina “Execução de Mandatos” e Lançamento do Manual Técnico Ministerial “Execução de Mandatos”.	4h
16/02	10h	Avaliação de Desempenho, Progressão e Promoção Funcional.	4h
27 e 28/02	9h	Treinando Líderes para a Nova Lei de Licitações.	8h
DATA	HORÁRIO	EVENTO	CH
02/03	10h	Programa de Formação continuada para as Promotorias de Justiça Especializadas Distritais de Defesa da Cidadania de São Luís (PJDC).	2h
03/03	8h30	Feminicídio: do inquérito ao plenário.	6h
06/03	9h	Abertura mês da mulher “Estratégias de Atuação do MP no Enfrentamento à Violência de Gênero”.	4h
07/03	9h	Acolhida da vítima e trabalho em rede “Saúde da Mulher”.	4h
10/03	9h	Processo unificado de escolha dos Conselheiros Tutelares 2023.	4h
13/03	9h	Plataforma Wordpress.	16h
14/03			
15/03	8h	Seminário de boas práticas e Lançamento dos Planos Municipais pela Primeira Infância.	4h
17/03	10h	17ª ESMP Literária “100 anos do Sampaio Corrêa”.	4h
23/03	14h30	Catálogo Águia: ferramenta de investigação criminal na era digital.	4h
23/03	8h30	Colóquios Interinstitucionais: Ministério Público e Polícias.	8h
24/03	9h	Instrumentos econômicos e financeiros de curto, médio e longo prazo como forma de apoio às metas climáticas assumidas pelo Brasil - FUNBIO.	10h
27/03	9h	Palestra “Mulheres Negras em São Luís”.	8h
28/03			
27/03	9h	Projeto de Extensão “Pertencer”.	4h
30/03	9h	Projeto CINE ESMP	4h
30/03	10h	Programa de Formação continuada para as Promotorias de Justiça Especializadas Distritais de Defesa da Cidadania de São Luís (PJDC).	2h
31/03	9h	Direito processual das famílias para o Ministério Público.	4h
31/03	14h	Sala de Situação: análise das decisões judiciais que impactam o trabalho policial e ministerial.	4h
31/03	14h	Oficinas Temáticas CAO Meio Ambiente “Racionalização da Atuação do Ministério Público”.	4h
DATA	HORÁRIO	EVENTO	CH
05/04	15h	Seminário sobre as inspeções obrigatórias do CNMP – Resoluções 67/2011; 71/2011 e 204/2019.	4h
13/04	9h	Seminário interdisciplinar: saúde, educação e direitos de pessoas com TEA - Dia Mundial da Conscientização do Autismo.	4h

12/04	9h	Seminário “Vícios de Construção: responsabilidade objetiva das construtoras no âmbito do Direito do Consumidor”.	4h
14/04	10h	Programa de Formação continuada para as Promotorias de Justiça Especializadas Distritais de Defesa da Cidadania de São Luís (PJDC).	2h
14/04	9h	MP Trends: segurança digital e de dados.	4h
14/04	9h	Tribunal do Júri e Direito das Vítimas: o caso da boate Kiss.	4h
		CALENDÁRIO ESMP MA 2023	
DATA	HORÁRIO	EVENTO	CH
17/04	8h30	Diretrizes para fiscalização da folha de pagamento no serviço público.	16h
18/04			
19/04	9h	Rotinas em ANPP: otimizando resultados.	4h
20/04	9h	6ª Ed. Diálogos Plurais	4h
24/04	9h	7ª Ed. Diálogos Plurais “Combate a Publicidade Sexista”.	4h
25/04	8h30	Colóquios Interinstitucionais “Ministério Público e Polícias”.	4h
26/04	9h	Projeto de Extensão “Pertencer”.	4h
27/04	9h	O MP e o Compromisso com a Defesa de uma Educação Democrática: uma reflexão a partir dos documentos de referência da CONAPE e CONAE.	4h
27/04	9h	Capacitação da rede de serviços socioassistenciais do Município de Bacabal.	8h
28/04	9h	MP Trends: Inteligência Artificial.	4h
28/04	10h	Nulidades no procedimento do Júri.	4h
28/04	10h	“Burnout, sofrimento psíquico e a patologização do trabalho”.	4h
28/04	14h	Oficinas temáticas CAO Meio Ambiente “Resíduos Sólidos”.	4h
DATA	HORÁRIO	EVENTO	
02/05	09h	Inquirição e dosimetria da Pena em Crimes Contra as Mulheres.	4h
03/05	9h	Ministério Público para intérpretes.	4h
04/05	10h	Seminário internacional: Ministério Público e Direitos Humanos na Amazônia. Agenda 2030 e Ministério Público: Políticas Públicas e o acesso à justiça na Amazônia. “Lançamento do Observatório Amazônia – Expresso DH.”	16h
05/05			
09/05	15h	Media training.	4h
10/05	9h	Introdução às práticas restaurativas para o Ministério Público.	12h
11/05			
11/05	9h	Formação “Academia de Líderes Ubuntu”.	6h
12/05	9h	Formação “Academia de Líderes Ubuntu”.	6h
12/05	9h	Seminário Alusivo ao 18 de maio - Combate à Violência Contra Crianças e Adolescentes (escuta especializada - Lei 13.431/2017) Lei Henry Borel (Lei 14.344/2022).	4h
15/05	9h	Formação “Academia de Líderes Ubuntu”.	7h
15/05	9h	Curso de gestão e fiscalização de contratos.	4h
16/05			
16/05	9h	Formação “Academia de Líderes Ubuntu”.	7h
15/05 a 17/05	9h	Curso “Dos contratos administrativos: da elaboração à extinção”.	20h
17/05	9h	18ª ESMP Literária.	4h


17/05	9h	Formação “Academia de Líderes Ubuntu”.	7h
18/05	9h	Formação “Academia de Líderes Ubuntu”.	7h
18/05	9h	8ª Ed. Diálogos Plurais: acessibilidade atitudinal.	4h
19/05	9h	Formação “Academia de Líderes Ubuntu”.	7h
19/05	9h	MP Trends: visual law e storytelling.	4h
19/05	14h	Oficinas Temáticas CAO Meio Ambiente “Saneamento Básico”.	4h

		CALENDÁRIO ESMP MA 2023	
DATA	HORÁRIO	EVENTO	CH
20, 27 e 28/05	9h	Defesa pessoal.	12h
22/05	9h	Formulário Nacional de Risco.	4h
23/05 24/05	9h	Seminário para apresentação do painel de BI sobre acolhimento institucional de pessoas idosas e cartilha Informativa sobre ILPI.	8h
20, 27 e 28/05	9h	Defesa pessoal.	12h
22/05	9h	Formulário Nacional de Risco.	4h
23/05 24/05	9h	Seminário para apresentação do painel de BI sobre acolhimento institucional de pessoas idosas e cartilha Informativa sobre ILPI.	8h
26/05	10h	Programa de Formação continuada para as Promotorias de Justiça Especializadas Distritais de Defesa da Cidadania de São Luís (PJDC).	2h
26/05	10h	“Ética e Gestão Estratégica do MP” e “Interação e Humanização na Era da Informação”.	4h
26/05	14h	Oficinas temáticas CAO Meio Ambiente “Proteção Florestal”.	4h
30/05	9h	A Libras no Judiciário é um Bom Sinal: librando com o Ministério Público.	60h
31/05	9h	Projeto de Extensão “Pertencer”.	4h
DATA	HORÁRIO	EVENTO	
01/06	9h	Curso de audiodescrição.	4h
01/06	14h	Oficinas Temáticas CAO Meio Ambiente.	4h
02/06	9h	Perícia criminal e quesitação do MP: aspectos práticos e sua importância para a qualidade da instrução criminal.	4h
05/06	9h	Webinário: entendendo o CMDI.	4h
06/06	9h	Atuação do Ministério Público no combate ao desmatamento ilegal e outros crimes florestais.	4h
07/06	9h	Webinário “Compartilhando experiências CAO/Consumidor: atuação do MPMA para a implantação de PROCON’s nos municípios maranhenses e fiscalização da qualidade dos serviços essenciais”.	4h
13/06	9h	9ª Ed. Diálogos Plurais “Combate ao Trabalho Infantil”.	4h

14, 15 e 16/06	9h	Capacitação vivencial - FUNBIO.	24
16/06	9h	MP Trends: Provas Digitais.	4h
19/06 20/06	9h	Aplicabilidade da Lei Maria da Penha à Mulher Trans e o formulário Rogéria – Registro de Ocorrência Geral de Emergência e Risco Iminente a Comunidade LGBTQIA+.	8h
20/06	9h	Central de vagas, atendimento socioeducativo (PMASE) e fiscalização das MSE em Meio Aberto.	4h
21/06	9h	Projeto de Extensão “Pertencer”.	4h
22/06	9h	Acesso da população em situação de Rua ao Ministério Público.	4h
23/06	10h	“Equilíbrio Emocional: gerenciamento das emoções e o desenvolvimento da consciência emocional” e “A importância da inteligência emocional nas relações sociais”.	4h
23/06	10h	Programa de Formação continuada para as Promotorias de Justiça Especializadas Distritais de Defesa da Cidadania de São Luís (PJDC).	2h
27/06	9h	Capacitação para Conselheiros/as dos Conselhos Estadual e Municipais sobre drogas, com foco para o atendimento às pessoas em situação de rua.	4h

		CALENÁRIO ESMP MA 2023	
DATA	HORÁRIO	EVENTO	CH
01/07	9h	Aspectos controvertidos da denúncia.	4h
04/07	9h	Formações itinerantes sobre CMDI.	4h
05/07	9h	Curso Excel.	4h
07/07	9h	MP Trends: tecnologias e neurodireitos.	4h
08/07	9h	Povos Indígenas.	4h
13/07	9h	Curso Marco Legal da Primeira Infância e suas implicações Jurídicas.	4h
14/07	10h	“Resiliência: do trauma à superação” e “Do trauma à Resiliência: a vida depois da tragédia”.	4h
21/07	10h	Programa de Formação continuada para as Promotorias de Justiça Especializadas Distritais de Defesa da Cidadania de São Luís (PJDC).	2h
DATA	HORÁRIO	EVENTO	CH
01/08	9h	Formações itinerantes sobre CMPD.	4h
04/08	9h	MP Trends: Bots e redes sociais.	4h
04/08	10h	Ansiedade em tempos de modernidade líquida.	4h
07/08	9h	Agosto Lilás “Acolhimento, proteção e reparação de danos às vítimas secundárias de feminicídio”.	4h
07 a 11/08	18h30	Projeto de extensão “Pertencer”.	20h
16/08	9h	Projeto de extensão “Pertencer”.	4h
17/08	9h	Investigação patrimonial no âmbito criminal: análise de casos práticos.	4h

18/08	9h	Formação de mediadores.	4h
22/08	9h	Gestão Ministerial.	4h
24/08	9h	Fundo dos direitos da criança e do adolescente “Operacionalização e Fiscalização dos Gastos”.	4h
25/08	9h	MP Trends: futuro do trabalho.	4h
25/08	10h	Programa de Formação continuada para as Promotorias de Justiça especializadas Distritais de Defesa da Cidadania de São Luís (PJDC).	2h
30/08	10h	19ª ESMP Literária.	4h
DATA	HORÁRIO	EVENTO	CH
01/09	9h	Setembro amarelo “Depressão, automutilação e suicídio causado nas vítimas da violência de gênero”.	4h
01/09	10h	“Violência de Gênero e suas Consequências Psicológicas” e “Escuta, empatia e acolhimento das vítimas de violência”.	4h
05/09	9h	Investigações cíveis e criminais envolvendo patrimônio público.	4h
12/09	9h	10ª Ed. Diálogos Plurais: ancestralidade e o movimento de mulheres negras.	4h
11/09	9h	Seminário “33 anos de CDC: ainda precisamos avançar?”	4h
13/09	13h30	O ANPC no dia a dia de uma Promotoria de Justiça: uma visão pragmática a respeito da abordagem ao compromissário, requisitos formais e peculiares.	4h

		CALENDÁRIO ESMP MA 2023	
DATA	HORÁRIO	EVENTO	CH
14/09	9h	Capacitação para professores/as da rede pública de ensino e conselheiros/as tutelares sobre a notificação compulsória, prevista na Lei Federal nº 13.819/2019.	4h
14/09	9h	Cadeia de custódia e nulidades.	4h
14/09	14h	Dosimetria da pena no Tribunal do Juri: estratégias para o MP.	4h
20/09	9h	Projeto de Extensão “Pertencer”.	4h
21/09	9h	11ª Ed. Diálogos Plurais.	4h
22/09	9h	Desenvolvimento de lideranças pró-saúde mental.	4h
28/09	9h	Projeto Cine ESMP.	4h
28/09	9h	Módulo I - Pós-Graduação.	20h
29/09	10h	Programa de Formação continuada para as Promotorias de Justiça Especializadas Distritais de Defesa da Cidadania de São Luís (PJDC).	2h
DATA	HORÁRIO	EVENTO	CH
02/10	9h	Seminário “A Proteção da Pessoa Idosa e o Direito do Consumidor”.	4h
03/10	9h	Outubro Rosa “Saúde da Mulher”.	4h
04/10	9h	IV Seminário de Educação Ambiental.	12h
05/10	9h		
06/10	9h	Tribunal do Júri e organizações criminosas: questões práticas.	4h
06/10	9h	Evento Alusivo ao Dia Internacional do Idoso.	4h

10/10	9h	Lei de Improbidade Administrativa “Acordo de Leniência, Lei Anticorrupção Empresarial, Análise de Relatório de Inteligência Financeira, Acordo de Não persecução cível”.	4h
11/10	9h	Projeto de Extensão “Pertencer” - Dia Internacional e Estadual das Meninas.	4h
19/10			
20/10	9h	Módulo II - Pós-Graduação.	20h
20/10	10h	Programa de Formação continuada para as Promotorias de Justiça Especializadas Distritais de Defesa da Cidadania de São Luís (PJDC).	2h
24/10	9h	Evento “Educação”.	4h
25/10	9h	20ª ESMP Literária.	4h
27/10	9h	“Violência de gênero e suas consequências psicológicas” e “Escuta, empatia e acolhimento das vítimas de violência”.	4h
DATA	HORÁRIO	EVENTO	CH
07/11	9h	Novembro azul “Saúde do Homem”.	4h
09/11	9h	Capacitação em chamamentos públicos.	4h
09/11			20h
10/11	9h	Módulo III - Pós-Graduação.	
10/11	9h	Elas no Júri.	4h
21/11	9h	Atuação integrada: criminal e cível no combate à corrupção.	4h
23/11			20h
24/11	9h	Módulo IV - Pós-Graduação.	
24/11	10h	Programa de Formação continuada para as Promotorias de Justiça Especializadas distritais de defesa da cidadania de São Luís (PJDC).	2h
30/11			20h
01/12	9h	Módulo V - Pós-Graduação.	
DATA	HORÁRIO	EVENTO	CH
14/12			12h
15/12	9h	13º Congresso do MPMA.	

PORTARIA-ESMP - 72023

Repositório Institucional da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão
(ESMPMA).

A DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Criar o Repositório Institucional da ESMPMA, que é o ambiente digital de armazenamento, preservação e acesso à produção intelectual da Escola Superior.

Art. 2º O Comitê Gestor do Repositório Institucional da ESMPMA é composto por:

- I – Diretor(a);
- II – Coordenador(a) de Pós-Graduação;
- III – Bibliotecário(a);
- IV – Servidores designados para esse fim.

Parágrafo único: Compete ao(à) Diretor(a) designar e coordenar os servidores indicados do item III.

Art. 3º Cabe ao Comitê Gestor:

- I - elaboração geral das normas relativas ao Repositório;
- II – administração das comunidades, coleções e registros do Repositório;
- III – apoio aos autores da produção a ser inserida no Repositório;
- IV – desenvolvimento, melhoria e atualização do Repositório.

Art. 4º O Repositório Institucional da ESMPMA tem como objetivos principais:

- I – reunir em um único local a produção intelectual da ESMPMA;
- II - preservar a memória intelectual relacionada às atividades da ESMPMA;
- III - aumentar a visibilidade, acessibilidade e difusão da produção técnico-científica, científica, cultural e artística;
- IV – integrar-se a um conjunto de iniciativas nacionais e internacionais de acesso aberto à informação, por meio de padrões e protocolos de integração qualificados e normalizados.

§1º O Repositório Institucional é uma ferramenta de acesso aberto que armazena a produção intelectual da comunidade ESMPMA (docente, discente e técnico administrativo), além de outros documentos de

interesse da instituição, reservadas às disposições da Lei nº 9.610, de 19/09/98 sobre direitos autorais.

§2º O Repositório Institucional é um acervo constituído por objetos digitais resultado da produção intelectual do corpo docente, discente e técnico-administrativo da ESMPMA: artigos científicos, materiais resultantes de eventos, trabalhos de iniciação científica, monografias, dissertações, teses, livros, capítulos de livros, imagens, áudios, vídeos, publicações seriadas, relatórios administrativos, de inovação tecnológica, técnicos e de pesquisa, trabalhos publicados em anais de eventos, dentre outros.

§3º A inclusão de um objeto digital deve atender aos seguintes requisitos:

I – ser produzido sob iniciativa ou aprovação da ESMPMA;

II – ser permanente;

III – possuir dados de acesso aberto;

IV – estar em formato padronizado e normalizado, conforme definido pelo Comitê Gestor;

V – o autor deverá conceder o direito de acesso público e integral, salvo exceções previstas no artigo 14.

Art. 5º O Repositório está organizado em comunidades e coleções e estão configuradas como:

I - comunidades correspondem aos cursos de Pós-Graduação da ESMPMA ou sob sua aprovação;

II - coleções agregam a produção intelectual de cada comunidade e estão organizadas por tipo de objeto digital.

Art. 6º A inclusão de nova comunidade está sujeita à avaliação e à aprovação pelo(a) Diretor(a).

Art. 7º Cada comunidade do Repositório estará sujeita a critérios e a procedimentos estabelecidos pelo Comitê Gestor, de acordo com as características e especificidades dos objetos digitais a serem inseridos.

Art. 8º Os metadados devem seguir padrões preconizados pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) ou outro órgão equivalente.

Art. 9º A submissão realizada pelo autor, coautor ou por um mediador compreenderá o registro dos metadados, aceitação da Licença *Creative Commons* e da Licença de Distribuição Não Exclusiva, sendo de sua total responsabilidade as questões legais de depósito e de permissão, juntamente aos editores e instituições envolvidas na produção da obra.

Art. 10 O termo de licenciamento do documento aceito pelo autor será extensivo aos demais coautores e responsáveis pela obra.

Art. 11 O Repositório Institucional será povoado mediante envio do trabalho ao(à) Diretor(a) da ESMP:

Art. 12 Observada a legislação pertinente, toda a produção intelectual gerada pela ESMPMA deverá ser depositada no Repositório Institucional após sua aprovação para publicação, salvo as exceções do art. 14.

Art. 13 Ficam obrigados ao depósito no Repositório Institucional da ESMPMA todos os objetos digitais que não se enquadrarem nos itens dispostos no artigo 14 e que forem publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou por avaliação de uma banca de especialistas.

Art. 14 Ficam desobrigados de depósito no Repositório Institucional da ESMPMA:

I - os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas aos direitos autorais;

II - os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito de artigos publicados em suas revistas, em repositórios de acesso livre;

III - os objetos digitais cujos conteúdos integram resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais.

Art. 15 É facultativo aos membros do MPMA o depósito de seus trabalhos no Repositório Institucional nos casos de conclusão de curso em outras instituições de ensino, mediante convênio firmado pela ESMP ou não.

Art. 16 Para o cumprimento desta política, a ESMPMA, por meio da Coordenação de Pós-Graduação e do Comitê Gestor, estabelecerá mecanismos de estímulo, assim como ações de integração que possibilitem evitar duplicações de esforços.

Art. 17 Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Diretor(a) da ESMP.

Art. 18 Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

assinado eletronicamente em 11/04/2023 às 08:58 h ()*

KARLA ADRIANA HOLANDA FARIAS VIEIRA

DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO



PORTARIA-ESMP - 82023

Institui as normas para depósito no Repositório Institucional da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMPMA) de trabalhos de conclusão de curso e demais produções técnicas ou bibliográficas apresentadas com finalidade de obtenção de título produzidos nesta universidade.

Considerando que a Escola Superior do Ministério Público do Maranhão é um órgão auxiliar do MPMA, e todas as suas ações, nos campos do ensino, pesquisa, extensão e gestão devem zelar pela transparência e garantir o retorno social dos recursos nela investidos;

Considerando que o Repositório Institucional é um sistema de armazenamento de informações que visa reunir, preservar, disseminar, promover e dar acesso à produção intelectual de uma comunidade institucional em diferentes formatos digitais, de forma livre e gratuita;

Considerando a Portaria 7 2023 da ESMPMA, que cria o Repositório Institucional da ESMPMA;

A DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir a instrução normativa para depósito de trabalhos de conclusão de curso (TCCs) e demais produções técnicas ou bibliográficas apresentadas com a finalidade de obtenção de título no Repositório Institucional da ESMPMA visando estabelecer diretrizes operacionais, de submissão, depósito, acesso e preservação da produção técnico-científica da ESMPMA.

Art. 2º. Como um ato de registro oficial, é obrigatório e indispensável o depósito no Repositório Institucional da ESMPMA da versão final digital das seguintes produções técnico-científicas:

I - TCCs e monografias de especialização da ESMPMA;

II - demais produções técnicas ou bibliográficas apresentadas com finalidade de obtenção de título (memoriais, relatórios, artigos, projetos e outros formatos definidos pelos programas);

III – conteúdo audiovisual produzido parcial ou integralmente pela ESMP.

Parágrafo único – em se tratando de teses, dissertações e demais produções técnicas ou bibliográficas apresentadas por membros do MPMA com a finalidade de obtenção de título em outros programas de pós-graduação, nos casos de parceria institucional com a ESMP ou não, a disponibilidade do material para compor o acervo do Repositório da Escola é facultativa ao autor;

Art. 3º. Quando do depósito, deverão ser observadas as seguintes orientações:

I - o registro de uma produção deve ser constituído de arquivo único.

II - deve ser respeitado o padrão para documentos e outros formatos suportados pelo repositório.

III - Conter os elementos de identificação da produção como: pré-textuais (capa, folha de rosto, ficha catalográfica, resumo), texto e pós textual (referências bibliográficas, anexos e apêndices) ou estar de acordo com outras normas estabelecidas pelo Programa de Pós-Graduação.

Art. 4º. A submissão/depósito de qualquer arquivo é de responsabilidade do autor e do orientador.

§1º A submissão/depósito configura adesão à Licença *Creative Commons*, à Licença de Distribuição Não-Exclusiva e observância às questões legais de depósito quanto aos direitos autorais;

§2º A submissão/depósito dos referidos trabalhos será acompanhada pelo Comitê Gestor, que atuará como mediador.

Art. 5º. A gestão do Repositório Institucional prioriza o autoarquivamento, no qual o autor ou orientador preenche os metadados e realiza a submissão/depósito do objeto digital.

Art. 6º. Caberá à Biblioteca verificar os metadados inseridos pelo autor e disponibilizar, tornando público o trabalho submetido no Repositório Institucional;

Artigo 7º. O acesso às obras intelectuais depositadas no Repositório Institucional deverá observar as hipóteses legais de sigilo obrigatório vigentes, em especial as contidas nas seguintes leis e outras que vierem a regulamentar:

I - Lei 9.279/1996 (regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial);

II - Lei 9.609/1998 (dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de

computador);

III - Lei 10.973/2004 (dispõe sobre a inovação e a pesquisa científica e tecnológica);

IV - Lei 12.527/2011 (regula o acesso a informações);

V - Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

§1º Qualquer obra intelectual será considerada como acesso aberto, caso não esteja sujeita a qualquer determinação legal de sigilo ou restrições para disponibilização ao público geral.

§2º Caberá ao(a) Diretor(a) da ESMP definir a exceção em relação à regra de publicação em acesso aberto.

Art. 8º. A submissão/depósito do trabalho deverá ocorrer em até 30 (trinta dias) após a realização da defesa/apresentação.

Art. 9º. Os trabalhos devem ser obrigatoriamente submetidos em ferramenta para verificação de similaridade pelo orientador antes do depósito no Repositório Institucional.

Artigo 10. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Diretor(a) da ESMPMA.

Artigo 11. A partir da publicação desta portaria, os trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, e demais produções técnicas ou bibliográficas apresentadas com finalidade de obtenção de título só serão admitidos em formato digital conforme normatizado nesta portaria, dispensados de apresentar versões impressas.

Artigo 12. O fluxo para submissão de trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses, e demais produções técnicas ou bibliográficas apresentadas com finalidade de obtenção de título serão definidos e publicados pelo(a) Diretor(a) da ESMP, ouvida a Coordenação de Pós-Graduação.

Artigo 13. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

assinado eletronicamente em 11/04/2023 às 08:58 h ()*

KARLA ADRIANA HOLANDA FARIAS VIEIRA

DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PORTARIA-ESMP – 92023*



Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão 2023/2026.

A DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 7º, incisos I e II, bem assim seu parágrafo único c/c o art. 23, II, todos dispositivos do Regimento Interno da ESMPMA,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica aprovado o Plano de Desenvolvimento Institucional da Escola Superior do Ministério Público 2023-2026, na forma do anexo único desta Portaria.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público, produzindo seus efeitos da data da sua assinatura.

Dê-se ciência. Cumpra-se.

São Luís, 27 de abril de 2023.

assinado eletronicamente em 27/04/2023 às 09:41 h ()*

KARLA ADRIANA HOLANDA FARIAS VIEIRA

DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

* Matéria republicada por incorreção no DEMP nº 079/2023, de 28.04.2023,

- **Anexo PDI completo ver: <https://cdn-0.mpma.mp.br/diario/091202317052023.pdf>**



PORTARIA-ESMP - 102023

Altera os artigos 1º e 2º da Portaria - ESMP – 22021, que instituiu o Programa de Reeducação com a Formação em Educação Ambiental, no âmbito da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão.

A DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

R E S O L V E:

Art.1º - Alterar o teor da Portaria - ESMP 22021, que instituiu o Programa de Reeducação com a Formação em Educação Ambiental, no âmbito da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, quanto aos artigos 1º e 2º, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art.1º – Fica instituído Programa de Reeducação com a Formação em Educação Ambiental, no âmbito da Escola Superior do Ministério Público, consistente na oferta de cursos voltados a pessoas que cometeram crimes, de menor e médio potencial ofensivo, contra o meio ambiente, nos termos do plano de trabalho anexo. (NR)”

“Art 2º - O calendário de atividades formativas da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão deverá incorporar as atividades do Programa de Reeducação com a Formação em Educação Ambiental. (NR)”

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Maranhão, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

São Luís, 11 de maio de 2023.

assinado eletronicamente em 11/05/2023 às 10:20 h ()*

KARLA ADRIANA HOLANDA FARIAS VIEIRA
DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO



PROGRAMA DE REEDUCAÇÃO AMBIENTAL COM FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

1. DESCRIÇÃO GERAL DO PROGRAMA:

1.1 COORDENAÇÃO

Ministério Público do Estado do Maranhão – Escola Superior do Ministério Público do Maranhão – Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de São Luís/MA.

1.2 APRESENTAÇÃO

O considerável aumento de ilícitos ambientais tem sido objeto de preocupação dos órgãos ambientais. Apesar da atuação de comando e controle, percebe-se o aumento de termos circunstanciados e processos-crime na seara ambiental.

É indiscutível que para a formação de cidadãos conscientes, quanto a importância da utilização racional dos recursos naturais, a preservação e conservação do ambiente, faz-se necessária a mudança de atitudes e conceitos, visando garantir qualidade de vida e sustentabilidade ambiental.

O Ministério Público do Estado do Maranhão, por meio da Escola Superior do Ministério Público e das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, apresenta o Programa de Reedu-

cação Ambiental com Formação em Educação Ambiental como complementação das medidas convencionais (pagamento de cestas básicas, prestação de serviços à comunidade ou em pecúnia) aplicadas na transação penal e suspensão condicional do processo previstos na Lei Federal nº 9.099/95, estendendo-o, quando possível, aos casos em que já exista sentença condenatória prolatada.

O Programa orienta-se pela necessidade de reeducação dos infratores, a redução dos índices de reincidência em crimes ambientais e a ampliação dos processos de ressocialização por meio de formação visando às mudanças de hábitos.

É visando a difusão de conhecimento sobre a intrínseca relação pessoa/natureza, a finitude de recursos naturais, às práticas ambientalmente sustentáveis, dentre outras competências, que o Programa desenvolver-se-á com base na oferta de cursos com matriz teórica e prática em educação ambiental, e na ratificação da necessária colaboração de todos os atores pertencentes ao processo de ressocialização.

1.3 PÚBLICO ALVO

Infratores ambientais sujeitos a aplicação da Lei nº 9099/95 e ao instituto da suspensão condicional do processo, bem como aos que já têm sentença condenatória prolatada, quando possível.

1.4 LOCAL DE EXECUÇÃO

Escola Superior do Ministério Público do Maranhão ou outro local indicado a depender da necessidade do programa.

1 INTRODUÇÃO

O presente Programa é fruto do trabalho de atuação do Ministério Público, através das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de São Luís/MA e da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, no combate aos crimes ambientais praticados no Estado do Maranhão, notadamente aqueles considerados de menor e médio potencial ofensivo, puníveis com penas restritivas de direitos ou suspensão condicional do processo, podendo, também, ser aplicado aos casos em que já tenha sido prolatada sentença condenatória, quando possível.

Em se tratando de crime ambiental, o cumprimento de pena restritiva de direito na modalidade de prestação de serviços à comunidade e a suspensão condicional do processo pode ser complementada com ações de caráter prático educativa e de intervenção instrumentalizadas pela Educação Ambiental, de modo a resgatar a prática da cidadania planetária e evitar a reincidência em condutas tipificadas.

Nesse contexto, o Programa de Reeducação com a Formação em Educação Ambiental surge como complementação das medidas convencionais aplicadas na transação penal e suspensão condicional do processo, estendendo-se também como ferramenta de retomada de responsabilidade por infratores que já tenham contra si condenações consolidadas.

Consiste na oferta de cursos com matriz teórica e prática de educação ambiental, com o estudo e aplicação de conceitos básicos sobre meio ambiente, legislação, cidadania, comprometimento e responsabilidade socioambiental, com uma ação prática de sustentabilidade no espaço público, espaço do bem comum, na qual o infrator presta esse serviço na direção da cidadania ativa, conceito que está contido nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. (MEC, 1997).

2 JUSTIFICATIVA

É indiscutível que para a formação de cidadãos conscientes, quanto a importância da utilização racional dos recursos naturais, a preservação e conservação do ambiente, faz-se necessária a mudança de atitudes e conceitos, visando garantir qualidade de vida e sustentabilidade ambiental.

Por meio de simples abordagens é possível promover a divulgação da legislação, como forma de prevenir a população sobre as atividades degradadoras.

Nesse sentido, a Lei nº 9.795/1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e a Lei nº 9.279/2010 que institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema Estadual de Educação Ambiental do Maranhão determinam que, é essencial para a transformação da sociedade e o exercício da cidadania, formando pessoas que assumam responsabilidades socioambientais que repercutem na vida cotidiana.

A Lei nº 9.605/98, denominada Lei da Natureza, que trata dos crimes ambientais, apresenta características específicas com relação a sanção, buscando a reparação para o ilícito praticado, culminando em certos casos, penas alternativas de multa ou prestação de serviços à comunidade.

Projeta-se com o Programa de Reeducação Ambiental com Formação em Educação Ambiental o fortalecimento da preservação e conservação do ambiente por meio do conhecimento efetivo da legislação ambiental e desenvolvimento de consciência ambiental.

Assim, ao invés do infrator prestar serviços à comunidade e apenas cumprir certas condições determinadas na suspensão condicional do processo, o Ministério Público propõe a sua participação quinzenal, no Programa de Reeducação com a Formação em Educação Ambiental que consiste em atividades a serem desenvolvidas por professores voluntários, que abordarão temas como flora, fauna, pesca, lixo, e noções de legislação.

A prevenção ao dano e a reincidência ao crime ambiental é, sem dúvida, a maior justificativa deste projeto denominado de Programa de Reeducação Ambiental com Formação em Educação Ambiental.

Nesse sentido, a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema Estadual de Educação Ambiental do Maranhão (Lei nº 9.279/2010) que institui o Plano Estadual de Educação e a Lei nº 10.796/2018 determinam a Educação Ambiental é essencial para a transformação da sociedade e o exercício da cidadania, proporcionando uma formação responsável e que tenha repercussão prática na vida cotidiana.

Essa atuação preventiva, persuasiva e educativa, é mais consentânea com as políticas pú-

blicas de segurança, na medida em que busca evitar a indesejável lesão ao meio ambiente com ações de formação e de sustentabilidade no espaço público.

Por esta razão, a conscientização do causador do dano acerca do correto manejo ambiental possui maior potencial de evitabilidade de reincidências que qualquer outra sanção de cunho exclusivamente retributivo penalizador, criando no agressor um sentimento de pertencimento ao meio ambiente em que está inserido.

4. OBJETIVOS

4.1 GERAL:

Desenvolver ações educativas de ressocialização por meio da Educação Ambiental como complementação das medidas convencionais (pagamento de cestas básicas, prestação de serviços à comunidade ou em pecúnia) aplicadas na transação penal e suspensão condicional do processo previstos na Lei Federal nº 9.099/95, estendendo-as aos casos em que já tenha sentença condenatória prolatada, quando possível.

4.2 ESPECÍFICOS:

- a) Orientar os infratores em relação ao programa de ressocialização direcionado pela Educação Ambiental e a importância da participação como cumprimento da pena;
- b) Conscientizar os infratores quanto a importância do cumprimento do art. 225 da Constituição Federal, as Políticas Nacional e Estadual de Educação Ambiental;
- c) Conhecer o ecossistema e a bacia hidrográfica nas quais são exercidas as atividades laborais;
- d) Propiciar noções ambientais básicas para que possam compreender a efetiva relação Pessoa/Natureza por meio de ações sustentáveis;
- e) Demonstrar que a natureza possui reservas finitas e devem ser utilizadas de maneira sustentável desde que se respeite seus ciclos;
- f) Orientar sobre práticas ambientalmente sustentáveis articuladas ao ambiente de trabalho.

5 METODOLOGIA

O Programa compreende a formação de turmas de 10 a 15 pessoas, com matriz curricular dividida em duas etapas, totalizando a carga-horária de 20h/a, composta por 10 encontros quinzenais, nos termos que seguem:

5.1. Teórica: 14 h/a

Nesta primeira fase os infratores irão participar ativamente de exposições teóricas através de técnicas dialógicas e dinâmicas de grupo, na construção do conhecimento.

A parte teórica do curso será composta por uma matriz curricular comum a todas as turmas, e de uma matriz curricular especializada, elaborada em virtude do perfil da turma, com base nos crimes e infrações ambientais praticadas pelos alunos.

O cursista cumprirá 6 h/a da matriz curricular comum + 8h/a da matriz curricular especializada, somatizando 14h/a de formação teórica.

5.2. Prática: 6 h/a

Nesta etapa os infratores participarão de grupos de trabalho compondo carga-horária de 6h/a. A equipe de coordenação indicará a comunidade ou instituição na qual o infrator desenvolverá atividade prática de acordo com os conceitos sobre Educação Ambiental para a sustentabilidade apreendidos.

6 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Matriz Curricular Comum: 6 h/a

Cidadania Ambiental e Planetária (2h/a)

Relações entre a sociedade e a natureza; Planetariedade e Pessoa Planetária; O papel da Educação Ambiental na formação do cidadão; Política Nacional para Educação Ambiental; Estratégias de Abordagem Comunitária.

Trabalho e Sustentabilidade (2h/a)

Desenvolvimento Sustentável; Ecologia Sustentável; Sociedade Sustentável; Arranjos produtivos e novas ferramentas de trabalho.

Noções de Legislação Ambiental (2h/a)

Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651/2012); Política Nacional de recursos Hídricos (Lei nº 9433/97); Código Estadual de Meio Ambiente (Lei nº 5405/92); Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9605/98); Resolução CONSEMA nº 024/2017); Lei Municipal nº 4738/2006.

Matriz Curricular Especializada: 8 h/a

A pesca e a caça predatória: (2h/a)

O Homem, o Progresso e o Ecossistema; principais impactos negativos na produção pesqueira; Leis Federais e Decreto que estabelece o Código de Pesca. Gestão da Fauna; Proteção dos Manguezais; Período de Defeso do Caranguejo; Caça e Tráfico de Animais Silvestres. Legislações e sanções.

Recursos hídricos e Poluição das Águas: (2h/a)

Conceito dos recursos hídricos; A água como elemento fundamental no desenvolvimento sustentável; Uso dos recursos hídricos de forma sustentável; Gestão dos Recursos Hídricos e a atividade dos Lava-Jatos. Legislações e sanções.

Desmatamento, Queimadas e Poluição do Solo: (2h/a)

Perda de biodiversidade; Erosão e empobrecimento dos solos; Devastação das florestas; Emissão de gases tóxicos na atmosfera; Mudanças climáticas em função da retirada de matas; Gestão da Flora e Poluição do Solo. Resíduos Sólidos. Legislações e sanções.

Preservação do Patrimônio e Poluição Visual e Sonora: (2h/a)

O meio ambiente natural e artificial; Poluição sonora; Poluição visual; Uso da Cidade e Espaços Públicos; A poluição visual e suas consequências; Pichação e Grafiteagem; Legislações e sanções.

Matriz Prática: 6 h/a

Mutirão Ambiental – Atividade prática de ação ambiental comunitária – Carga horária: 6h/a

7 ENCERRAMENTO E CERTIFICAÇÃO

- 7.1. Os integrantes deverão ter participação em todo o Programa de Reeducação com a Formação em Educação Ambiental, devendo as faltas, em número máximo de 02 (duas), serem justificadas, sob pena de ser excluído do grupo. Se houver justificativa na ausência, haverá reposição na atividade.
- 7.2. Em havendo necessidade de faltas, o cursista deverá apresentar prévia *justificativa* à Coordenação do Programa.
- 7.3. Abandono ou 02 (duas) faltas consecutivas serão devidamente informadas ao processo, o que caracteriza descumprimento de medida judicial, cujas consequências poderão ser prejudiciais ao jurisdicionado.

ANEXO 1 - TERMO DE COMPROMISSO

TERMO DE COMPROMISSO

PROGRAMA DE REEDUCAÇÃO AMBIENTAL COM FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Processo nº _____

Representado: _____

A participação no PROGRAMA DE REEDUCAÇÃO AMBIENTAL COM FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL é obrigatória, por tratar-se de cumprimento de uma medida judicial, em instituto despenalizador previsto em lei ou em decorrência de pena em concreto aplicada, que faculta ao juiz a possibilidade de encaminhamento a programas de recuperação e reeducação, como sucedâneo de prestação de serviços à comunidade, em prática restaurativa, nos caso dos crimes contra o meio ambiente, em aplicação conforme da Constituição Federal (art. 225,) Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998) (art. 9º), Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9795/1999) (art. 3º).

Regras de funcionamento

1. Comparecimento nos 10 (dez) encontros quinzenais, realizados às _____, horário das 14h às 16h;
2. Na necessidade de faltar a algum encontro, deve haver prévia justificativa.
3. Abandono ou 02 (duas) faltas consecutivas serão devidamente informadas ao processo, o que caracteriza descumprimento de medida judicial, cujas consequências poderão ser prejudiciais ao jurisdicionado.
- 4.
- 5.

Datas dos encontros/reuniões:

1º Encontro	2º Encontro	3º Encontro	4º Encontro	5º Encontro	6º Encontro	7º Encontro	8º Encontro	9º Encontro	10º Encontro
Cidadania Ambiental e Planetária (2h/a)	Trabalho e Sustentabilidade (2h/a)	Noções de Legislação Ambiental (2h/a)	Matriz Curricular Especializada (2 h/a)	Matriz Curricular Especializada(2 h/a)	Matriz Curricular Especializada(2 h/a)	Matriz Curricular Especializada (2 h/a)	Matriz Prática (2h/a)	Matriz Prática (2h/a)	Matriz Prática (2h/a)

Estou ciente de que fui orientado das regras de funcionamento do PROGRAMA DE REEDUCAÇÃO AMBIENTAL COM FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL e de que as datas agendadas podem ser modificadas por motivos de força maior, bem como, de que o meu não comparecimento ou abandono do grupo implicará em medidas judiciais cabíveis por este juízo, visto que a participação se trata de uma determinação judicial.

São Luís(MA), de de 2023

Assinatura



PORTARIA-ESMP - 112023

Aprova o Projeto Político Pedagógico 2023-2025 da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão

A DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 7º, incisos I e II, bem assim seu parágrafo único c/c o art. 23, I, todos dispositivos do Regimento Interno da ESMPMA,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica aprovado o Projeto Político Pedagógico 2023-2025 da Escola Superior do Ministério Público, na forma do anexo único desta Portaria.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público, produzindo seus efeitos da data da sua assinatura.

Dê-se ciência. Cumpra-se.

São Luís, 6 de junho de 2023.

assinado eletronicamente em 06/06/2023 às 11:24 h ()*

KARLA ADRIANA HOLANDA FARIAS VIEIRA

DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- Anexo PPP completo ver: <https://cdn-0.mpma.mp.br/diario/1072023-09062023.pdf>

PORTARIA-ESMP - 122023

Adere à Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Ministério Público, do Conselho Nacional do Ministério Público, e institui o critério da paridade de gênero como diretriz de elaboração dos planos de cursos de suas atividades formativas.

A DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 7º, incisos I e II, do Regimento Interno da ESMPMA,

RESOLVE:

Art. 1º – A Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, em adesão à Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Ministério Público, do Conselho Nacional do Ministério Público (Resolução CNMP nº 259/ 2023), institui o critério da paridade de gênero como diretriz de elaboração dos planos de cursos de suas atividades formativas.

Art. 2º – Pelo critério da paridade de gênero, a Escola Superior do Ministério Público do Maranhão priorizará a participação igualitária de mulheres como palestrantes, conferencistas, debatedoras e congêneres em eventos institucionais, nos termos do art. 2º, da Resolução CNMP nº 259/ 2023.

Art. 3º – O critério da paridade de gênero deverá ser observado, igualmente, pelos solicitantes de atividades formativas, quando do preenchimento do Formulário de Solicitação de Cursos da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão.

Art. 4º – As propostas de cursos que não observarem o critério de paridade de gênero serão submetidas à apreciação do setor pedagógico da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, para fins de adequação, ficando submetidas à aprovação final pelo Diretor (a) da ESMP/MA.

Art. 5º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público, produzindo seus efeitos da data da sua assinatura.

Dê-se ciência. Cumpra-se.

São Luís, 15 de junho de 2023.

assinado eletronicamente em 15/06/2023 às 11:02 h ()*

KARLA ADRIANA HOLANDA FARIAS VIEIRA

DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CONSELHO PEDAGÓGICO DA ESMP/MA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2023, ÀS 10H.

Aos 10 dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, sexta-feira, às 10h, nesta cidade, foi instalada a sessão ordinária do Conselho Pedagógico da ESMP/MA, de forma presencial. Estavam presentes a Promotora de Justiça Auxiliar e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação da ESMP/MA, a Dra. Ana Luiza Almeida Ferro, neste ato representando a Diretora Dra. Karla Farias Vieira, e, sob sua presidência e por efeito de sua convocação, os Conselheiros: Dr. José Antônio Oliveira Bents, representante do Colégio de Procuradores de Justiça; Dra. Regina Maria da Costa Leite, representante do Conselho Superior do Ministério Público do Maranhão; Dra. Maria de Jesus Rodrigues Araújo Heilmann, representante da Corregedoria-Geral do Ministério Público; e o Dr. Cláudio Luiz Frazão Ribeiro, representante do Corpo Docente, que subscrevem esta ata. A Promotora de Justiça Auxiliar da ESMP/MA e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação da ESMP/MA declarou aberta a reunião, saudou a todos, apresentando a pauta da reunião para o Conselho Pedagógico. Em ato contínuo, a Coordenadora entregou aos conselheiros presentes o Relatório de Atividades da ESMP/MA referente ao ano de 2022, destacando a ampliação dos resultados desta Escola Superior no ano de 2022 em comparação com o ano de 2021, num contexto de crise sanitária, que exigiu uma constante busca pelo equilíbrio entre as modalidades virtual e presencial, com adaptação de acordo com o quadro sanitário do momento. Pontos como a quantidade de cursos, o total de carga horária e o número de visualizações no canal da ESMP/MA no Youtube aumentaram significativamente, em comparação a 2021. Na oportunidade, a Dra. Ana Luiza Almeida Ferro comentou sobre a estratégia adotada pela equipe da ESMP/MA para a colheita de sugestões de cursos e capacitações de interesse dos setores meio e fim do MPMA, com o propósito de construir o Calendário de Atividades 2023, publicado via PORTARIA-ESMP-62023. Em seguida, com o apoio de slides, a Coordenadora apresentou o Calendário 2023 desta Escola Superior, em atendimento ao art.10, II, a , do Ato Regulamentar nº 03/2019-GPGJ - Regimento da ESMP/MA, comentando sobre os cursos referentes ao mês de março, tanto os já realizados quanto os previstos para os próximos dias, ressaltando a variedade temática. A Dra. Ana Luiza Almeida Ferro frisou as parcerias firmadas com os demais setores da Procuradoria Geral de Justiça, em especial os Centros de Apoio Operacional. Neste tópico do calendário, o Dr. José Antônio Oliveira Bents enfatizou a relevância da reflexão sobre o aumento nos casos de feminicídio, sendo acompanhado, nessa constatação, pelos demais Conselheiros. Na mesma oportunidade, expôs-se a proposta de criação do Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos e Interseccionalidade na Amazônia (GEPIDA-ESMP/MA), coordenado pela Promotora de Justiça Karla Farias Vieira, conforme Plano de Trabalho entregue aos conselheiros, e nos termos do art. 7º, VII, do Ato Regulamentar nº 03/2019-GPGJ - Regimento da ESMP/MA. A servidora Maíra Lopes de Castro cumprimentou os presentes, apresentando em seguida, como justificativa do grupo de estudos, a inserção do Estado do Maranhão na área da Amazônia Legal, bem como os termos da Resolução n. 230 do CNMP, de 2021, que disciplina a atuação do Órgão Ministerial brasileiro em relação aos povos e comunidades tradicionais. Em termos metodológicos, as reuniões serão realizadas no formato virtual, destinando-se 30 vagas, por meio de Edital de Seleção, aos membros e servidores do MPMA. Ao final, a servidora Maíra Lopes de Castro destacou as tratativas entre a ESMP/MA e o CNPq, com vistas à promoção do cadastramento do grupo de estudos no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil - DGP. Devolvida a palavra aos Conselheiros para deliberação, manifestou-se o Dr. Cláudio Luiz Frazão Ribeiro pela relevância da temática proposta para sensibilizar os integrantes do MPMA, com o escopo de reconhecer a necessidade de proteção do bioma e dos sujeitos inseridos nesse contexto socioambiental. O Promotor de Justiça também pontuou que, havendo uma procura maior, a quantidade de vagas poderá ser revista. A Dra. Maria de Jesus Rodrigues Araújo Heilmann sugeriu a inclusão no projeto do item “resultados da pesquisa”, com relação à publicação (revistas, relatórios, livros etc). A Representante da Corregedoria-Geral do Ministério Público igualmente registrou que, no tocante ao cadastramento do grupo, na platafor-

ma do CNPQ, devem ser considerados os requisitos de titulação dos participantes, sugestões estas de imediato acolhidas pelos presentes. Em votação, o Conselho Pedagógico aprovou, por unanimidade, a instituição do Núcleo de Estudos proposto, autorizando-se, desde logo, a publicação do edital de seleção de pesquisadores. No respeitante às atividades desenvolvidas no exercício da Coordenação do Programa de Pós-Graduação da ESMP/MA, a Promotora de Justiça Ana Luiza Almeida Ferro assim se pronunciou sobre o Mestrado Interinstitucional em Direito – MINTER e a Especialização em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção, ofertada pela UFMA, mediante convênio com o MPMA e a ESMP/MA (Termo de Convênio 3/2021), nos termos do Edital nº 01/2021- ESMP/MA: “O Curso de Mestrado Interinstitucional promovido pelo Centro Universitário UNDB e pela PUC-RS, mediante o Contrato 01/2021, celebrado entre a UNDB, a PUC-RS, o MPMA e a ESMP/MA, teve sua conclusão no ano de 2022 com a defesa das dissertações e aprovação dos alunos Gabriel Sodrê Gonçalves, Igor Adriano Trinta Marques, Joaquim Ribeiro de Souza Júnior e Marco Tulio Rodrigues Lopes, todos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão. Outrossim, conforme certidão de quitação acostada nos autos do Processo Digidoc nº 13273/2020, não restam pendências financeiras atinentes ao contrato em causa. O Curso de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção foi idealizado com base em contribuições de representantes da ESMP/MA, da Universidade Federal do Maranhão e do Centro de Apoio Operacional Criminal, dentre outras, e na experiência de uma especialização anteriormente oferecida pela ESMP no âmbito do Direito Penal. O Curso foi criado a partir do Termo de Convênio 3/2021, firmado entre a ESMP/MA e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com suas regras e demais informações descritas no Edital nº 01/2021-ESMP/MA. O certame para seleção dos alunos contou com 137 (cento e trinta e sete) inscrições, sendo 82 (oitenta e duas) completas (59,85%), das quais foram selecionados 50 (cinquenta) candidatos, entre membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão. As atividades da Pós-Graduação tiveram início nos dias 2 e 3 de setembro de 2021, com 50 (cinquenta) alunos, sendo 24 (vinte e quatro) membros e 26 (vinte e seis) servidores. No total, foram ministrados 18 (dezoito) módulos (disciplinas), com 27 (vinte e sete) professores (sendo 19 titulares e 8 convidados), ocorrendo a finalização da parte teórica em junho/2022, com o total de 360 h/a de carga horária. Foram apresentados 47 (quarenta e sete) trabalhos de conclusão de curso (TCCs), perante bancas examinadoras formadas por 3 (três) professores, nas modalidades on-line e presencial, entre os dias 22 de agosto e 5 de outubro de 2022. Parte dos artigos defendidos como TCCs na Especialização e alguns artigos fruto dos estudos do Mestrado foram publicados na edição de 2022 da Lumiar - Revista do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, lançada durante o 12º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão. A cerimônia de diplomação dos concludentes da Especialização aconteceu no dia 16 de dezembro de 2022, como parte da programação do referido Congresso, que teve como tema “O Ministério Público e a Proteção dos Sujeitos de Direitos: Reencontros e Desafios”. O discurso proferido no evento em comento, de autoria do Dr. Douglas Fisher, será incluído na próxima publicação da Revista Lumiar. Destacamos, ainda, a inexistência de pendências financeiras decorrentes do Convênio com a UFMA, no tocante às obrigações do MPMA”. A Dra. Ana Luiza Almeida Ferro igualmente ressaltou que foram divulgados aos concludentes da Especialização as datas e os procedimentos de pré-inscrição no mestrado e doutorado da Universidad de Salamanca, na Espanha. A Promotora de Justiça Auxiliar e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação da ESMP/MA agradeceu a presença dos Conselheiros, bem como o auxílio da equipe da ESMP/MA na realização das atividades, franqueando a palavra aos Conselheiros para manifestações finais. A Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dra. Regina Maria da Costa Leite, parabenizou o desempenho da Escola Superior, reafirmando o compromisso de parceria da Administração Superior com a ESMP/MA, em especial a Subprocuradoria sob sua titularidade. No mesmo sentido, o Dr. José Antônio Oliveira Bents também parabenizou a ESMP/MA pela excelência na condução das atividades. A Representante da Corregedoria- Geral do Ministério Público, Dra. Maria de Jesus Rodrigues Araújo Heilmann, enfatizou a relevância e abrangência do Plano Formativo da ESMP de 2022/2023, abordando tanto temáticas sociais como institucionais; consignou ainda o perceptível crescimento de ofertas de atividades e cursos no último biênio. Outrossim, registrou a sugestão de consulta à Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação - CMTI, com vistas a promover melhorias na captação dos áudios, quando da gravação de eventos, com o que concordaram os demais conselheiros. Por fim, consignou a sugestão de realização de capacitações na temática do SIMP, no que foi acompanhada pelo Dr. Cláudio Luiz Frazão Ribeiro, que propôs a extensão da oferta aos estagiários de pós-graduação aprovados, antes de serem distribuídos nos setores. Os membros do Conselho Pedagógico então se manifestaram sobre a pertinência dessa proposta, com ampliação da temática para outros sistemas operacionais da Procuradoria Geral de Justiça, a exemplo do Digidoc. Nada mais havendo, ao encerrar os trabalhos, a Promotora de Justiça Auxiliar da ESMP/MA determinou que eu, Letícia Prazeres Fal-

ção, na qualidade de Secretária ad hoc, lavrasse a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, será assinada por mim e pelos presentes. São Luís-MA, 10 de março de 2023. Letícia Prazeres Falcão (Secretária ad hoc).

assinado eletronicamente em 13/03/2023 às 11:40 h ()*

ANA LUIZA ALMEIDA FERRO

PROMOTORA DE JUSTIÇA AUXILIAR DA ESMP

assinado eletronicamente em 15/03/2023 às 14:27 h ()*

JOSÉ ANTONIO OLIVEIRA BENTS

PROCURADOR DE JUSTIÇA

assinado eletronicamente em 13/03/2023 às 13:34 h ()*

REGINA MARIA DA COSTA LEITE

SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

assinado eletronicamente em 13/03/2023 às 22:30 h ()*

MARIA DE JESUS RODRIGUES ARAUJO HEILMANN

PROMOTOR DE JUSTIÇA CORREGEDOR

assinado eletronicamente em 13/03/2023 às 10:17 h ()*

CLÁUDIO LUIZ FRAZÃO RIBEIRO

PROMOTOR DE JUSTIÇA

COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ESMP/MA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO, REALIZADA NO DIA 07 DE FEVEREIRO DE 2023, ÀS 12H.

Aos sete dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e três, terça-feira, às 12h, nesta cidade, foi instalada a sessão ordinária do Colegiado do Programa de Pós-Graduação da ESMP-MA, com a presença da Diretora da ESMP, a Promotora de Justiça Dra. Karla Adriana Holanda Farias Vieira, sob sua presidência e por efeito de sua iniciativa de convocação, da Dra. Ana Luiza Almeida Ferro, Promotora de Justiça e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação da ESMP/MA, da Dra. Lena Cláudia Ripardo Pauxis, Promotora de Justiça e representante eleita do corpo docente da ESMP/MA, e do Dr. Sandro Carvalho Lobato de Carvalho, Promotor de Justiça e representante eleito do corpo discente do Programa de Pós-Graduação da ESMP/MA. Inicialmente pela Diretora e Presidente deste Colegiado foram dadas as boas-vindas aos conselheiros, justificada a ausência do Dr. Cláudio Luiz Frazão Ribeiro, conforme ofício de sua lavra encaminhado a esta Presidência. A Diretora da Escola Superior do Ministério Público, Dra. Karla Adriana Holanda Farias Vieira, iniciou a reunião, cumprimentando a todos os presentes, entregou o relatório de atividades da ESMP/MA e apresentou a pauta da reunião para aprovação do Colegiado, no que foi seguida por manifestação de saudação da Dra. Ana Luiza Almeida Ferro, Promotora de Justiça Coordenadora do Programa de Pós-Graduação da ESMP/MA. Como primeiro tópico da pauta, a Promotora de Justiça Ana Luiza Almeida Ferro, assim se pronunciou sobre o Mestrado Interinstitucional em Direito – MINTER e a Especialização em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção, ofertada pela UFMA, mediante convênio com a ESMP-MA (Termo de Convênio 3/2021), nos termos do Edital nº 01/2021-ESMP/MA: “O curso de Mestrado Interinstitucional promovido pelo Centro Universitário UNDB e pela PUC-RS, mediante o Contrato 01/2021, celebrado entre a UNDB, a PUC-RS, o MPMA e a ESMP/MA, teve sua conclusão no ano de 2022 com a defesa das dissertações e aprovação dos alunos Gabriel Sodrê Gonçalves, Igor Adriano Trinta Marques, Joaquim Ribeiro de Souza Júnior e Marco Tulio Rodrigues Lopes, todos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão. Outrossim, conforme certidão de quitação acostada nos autos do Processo Digidoc nº 13273/2020, não restam pendências financeiras atinentes ao contrato em causa. O Curso de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção foi idealizado com base nas contribuições da Diretora da ESMP/MA, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação da ESMP/MA e de membros da Universidade Federal do Maranhão. Foi criado a partir do Termo de Convênio 3/2021, firmado entre a ESMP/MA e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com suas regras e demais informações descritas no Edital nº 01/2021-ESMP/MA. O certame para seleção dos alunos contou com 137 (cento e trinta e sete) inscrições, sendo 82 (oitenta e duas) completas (59,85%), das quais foram selecionados 50 (cinquenta) candidatos, entre membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão. As atividades da Pós-Graduação tiveram início nos dias 2 e 3 de setembro de 2021, com 50 (cinquenta) alunos, sendo 24 (vinte e quatro) membros e 26 (vinte e seis) servidores. No total, foram ministrados 18 (dezoito) módulos (disciplinas), com 27 (vinte e sete) professores (sendo 19 titulares e 8 convidados), com finalização da parte teórica em junho/2022, computando 360 h/a de carga horária. Foram apresentados 47 (quarenta e sete) trabalhos de conclusão de curso (TCCs), nas modalidades on-line e presencial, entre os dias 22 de agosto e 5 de outubro de 2022. Parte dos artigos defendidos como TCCs foi publicada na edição de 2022 da Lumiar - Revista do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, lançada durante o 12º Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão, enquanto a outra parte será publicada no primeiro semestre de 2023. A cerimônia de diplomação dos concludentes aconteceu no dia 16 de dezembro de 2022, como parte da programação do referido Congresso, que teve como tema “O Ministério Público e a Proteção dos Sujeitos de Direitos: Reencontros e Desafios”. Destacamos, ainda, a inexistência de pendências financeiras decorrentes do Convênio com a UFMA, no tocante às obrigações do MPMA”. Como informação adicional, a Coordenadora destacou que a quarta edição, tomo I, da Lumiar - Revista do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão foi produzida, no mês de dezembro de 2022, homenageando o jurista Clóvis Beviláqua e já incluindo alguns dos trabalhos de conclusão de curso da Especialização em Ciências Criminais e Direito Anticorrupção; acrescentou que foram divulgados aos concludentes da Especialização as datas e os procedimentos de pré-inscrição no mestrado e doutorado da Universidad de Salamanca, na Espanha. Por fim, em outros assuntos, a Diretora da ESMP/MA reportou a existência de uma demanda anterior a respeito de oferta de Especialização na temática da Infância e Juventude, tramitando no Digidoc. A proposta envolvia parceria com

a Escola de Governo do Ministério Público do Rio de Janeiro - IERB. Inobstante esforços por parte da ESMP/MA, os contatos com a referida Escola resultaram inexitosos. Assim sendo, foi informado que, para cumprimento dos prazos, em respeito ao termo de convênio celebrado com a Universidade Federal do Maranhão, a ESMP/MA já está em tratativas com a referida IES para a elaboração de uma nova Especialização, com uma temática abrangente, que contemple os influxos tecnológicos no Direito, para fins de alcançar o maior atendimento das necessidades profissionais de formação continuada do quadro interno do Ministério Público do Maranhão. Dada a palavra aos Conselheiros presentes, estes aprovaram a certificação do corpo discente da Especialização finalizada e opinaram pelo prosseguimento das tratativas com a UFMA, bem como pelo arquivamento do pleito relatado, objeto do processo 57612022, com a possibilidade de desarquivamento ante a mudança das circunstâncias que indique a conveniência da Administração Superior, devendo, ainda assim, haver confirmação de viabilidade de público. A Diretora da ESMP/MA ressaltou que a Fundação do Ministério Público do Rio Grande do Sul e o Colégio de Diretores de Escolas do Ministério Público - CDEMP, firmaram parceria para oferta de condições especiais aos membros do Ministério Público brasileiro interessados nas Especializações, inclusive, na área da Infância e Juventude, com a sugestão do Dr. Sandro Lobato de que seja informado à demandante do Proc. 57612022 sobre essa possibilidade. Nada mais havendo, ao encerrar os trabalhos, a Diretora determinou que eu, Letícia Prazeres Falcão, na qualidade de Secretária ad hoc, lavrasse a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, será assinada por mim e pelos presentes. São Luís-MA, 07 de fevereiro de 2023, Letícia Prazeres Falcão.

assinado eletronicamente em 07/02/2023 às 14:18 h ()*

KARLA ADRIANA HOLANDA FARIAS VIEIRA
DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

assinado eletronicamente em 09/02/2023 às 10:13 h ()*

ANA LUIZA ALMEIDA FERRO
PROMOTORA DE JUSTIÇA AUXILIAR DA ESMP

assinado eletronicamente em 10/02/2023 às 11:39 h ()*

LENA CLAUDIA RIPARDO PAUXIS
PROMOTORA DE JUSTIÇA

assinado eletronicamente em 08/02/2023 às 11:07 h ()*

SANDRO CARVALHO LOBATO DE CARVALHO
PROMOTOR DE JUSTIÇA



foto/divulgação: Ribamar Pinheiro

No Dia Mundial de Educação Ambiental, 26.01.2023, a diretora da ESMP/MA Karla Farias Vieira e representantes do Fórum Estadual de Educação Ambiental visitaram o presidente do TJMA, Desembargador Paulo Velten, para apresentação do Projeto de Alfabetização Ecológica e de “Um milhão de árvores.”



A Diretora da ESMP/MA, Karla Adriana Holanda Farias Vieira, e o Promotor de Justiça, Sandro Carvalho Lobato de Carvalho, participaram de uma reunião com o Secretário de Segurança Pública, Maurício Ribeiro Martins, fortalecendo a parceria institucional na formação continuada, entre o Ministério Público e a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão.

No período de 2022 a 2023, foram realizados os “Colóquios Interinstitucionais: Ministério Público e Polícias”, idealizados pelo CAJÚRI, em parceria com a ESMP, a ACADEPOL e a Academia de Polícia Militar. Ele é concebido em forma de reuniões com a PMMA e a PCMA, com a finalidade de dar conhecimento às forças policiais, sobretudo as que atuam no interior do Estado, das decisões dos Tribunais Superiores e do TJMA que mais afetam a atividade policial, para evitar futuras alegações de nulidades, visando uma melhoria na investigação policial e uma maior integração entre Ministério Público e Polícias. Órgãos envolvidos: ESMP/MA, Centro de Apoio Operacional do Tribunal do Júri/MPMA, Secretaria de Estado

de Segurança Pública, Delegacia Geral de Polícia Civil, Comando Geral da Polícia Militar/MA, ACADEPOL e Academia de Polícia Militar.

Fonte da foto: instagram mauricioribeiromartins

Participações da Diretora da ESMP/MA, Dra. Karla Adriana Holanda Farias Vieira, em reuniões do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil

Reunião Ordinária - Espírito Santo - 09 e 10.03.2023



Socorro Milhomem, vice-presidente do CDEMP; Hermes Zaneti Jr. e
Karla Farias Vieira

Reunião Ordinária - Brasília - 16 e 17.05.2023

16/05/2023 - Reunião do Ministro Flávio Dino, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com o Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil.



Foto: Isaac Amorim/MJSP

Reunião Ordinária - Fortaleza - 28 a 30.06.2023





Participação da Diretora da ESMP/ MA e Diretora de Assuntos Pedagógicos do CDEMP, Karla Adriana Holanda Farias Vieira, no Seminário de Gestores de Ensino e Pesquisa em Segurança Pública. O evento foi realizado em Brasília, nos dias 1 e 2 de junho de 2023, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública.

A finalidade do evento foi viabilizar o encontro com os Gestores de Ensino e Pesquisa das Instituições de Segurança Pública, com fito de proporcionar um amplo debate sobre as ações educacionais no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública.

Na foto a diretora com o Presidente do CDEMP e Diretor da ESMP/SP, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa.

Agenda do Plano Editorial da ESMP/MA com o Ministro Reynaldo Soares da Fonseca

A Diretora da ESMP/MA, Karla Adriana Holanda Farias Vieira e as Promotoras de Justiça Ana Luiza Almeida Ferro e Letícia Freitas com o Ministro Reynaldo.





Fonte: Site CONAMP. <https://conteudo.conamp.org.br/congressoconampmulher>

Participação da ESMP no Congresso Mulher



A Diretora da ESMP/MA, Karla Farias Vieira, com a Procuradora da República, Dra. Raquel Dodge e a Coordenadora da CONAMP MULHER, Dra. Deluse Amaral.



Diretoras de ESMPs e CEAFs

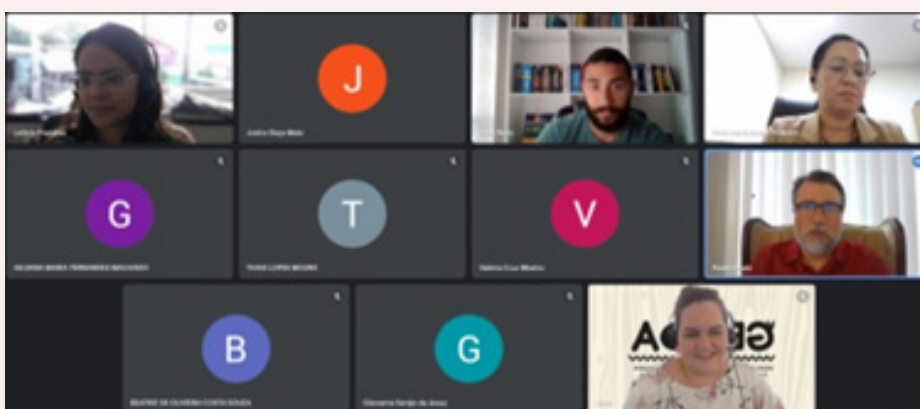
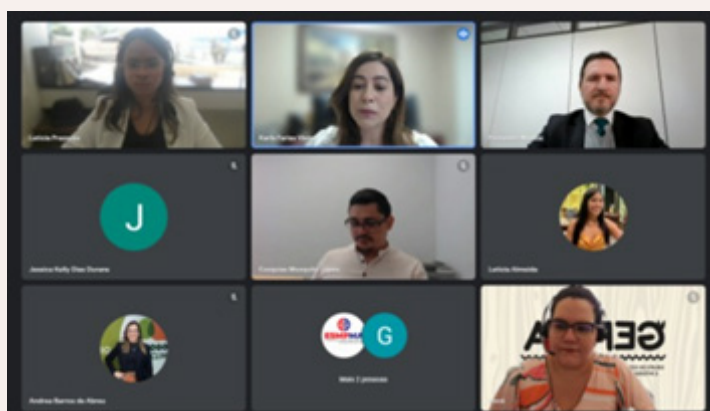


Membros do MPMA



O GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM DIREITOS HUMANOS E INTERSECCIONALIDADES NA AMAZÔNIA (GEPIDA-ESMP/MA) tem por objetivo abordar a temática dos Direitos Humanos na Amazônia, alinhando-as à atuação do Ministério Público do Estado do Maranhão, desenvolvendo, para tanto, duas linhas de pesquisa: I- Ministério Público e relações de gênero, raça, etnia e classe; II - Povos e populações tradicionais e sustentabilidade socioambiental na Amazônia Maranhense.

A ESMP/MA encontra-se cadastrada no Diretório de Instituições (DI) do CNPq, concebido para promover as organizações do Sistema Nacional de CT&I à condição de usuárias das Plataformas do CNPq. Outrossim, tramita pedido de certificação do GEPIDA-ESMP/MA no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil.





Projeto de Extensão **PERTENCER**

Reunião com o Coletivo Mulheres
Negras da Periferia *Casa das Pretas*



Reuniões na ESMP/MA

Projetos da ESMP/MA inscritos no Banco de Projetos do CNMP:

- **ESMP LITERÁRIA**
- **MULHERES NA POLÍTICA + CONQUISTAS + DIREITOS**
- **COLÓQUIOS INTERINSTITUCIONAIS: MINISTÉRIO PÚBLICO E POLÍCIAS**



Os servidores Letícia Falcão e Marcelo Smith, representaram a Diretora, Karla Adriana Holanda Farias Vieira, na abertura do Curso de Mediação Comunitária, realizado nos dias 15 a 19.05.2023, promovido pela ESMP/MA, em parceria com o Programa Comunitário em Mediação e Práticas Restaurativas.

Nas fotos o Promotor de Justiça do MPMA, Vicente Martins, fazendo a abertura do evento.



Seminário Ambiental em parceria com o FUNBIO



Visita à ESMP/MA do presidente, Sérgio Tamer e do gestor comercial, Jean Machado, da SVT Faculdade.



Visita da profa. Suênia Mendes, para apresentação de propostas de curso em pesquisa científica.



Visita da gestora-geral do IEMA – Unidade Plena Gonçalves Dias, Ana Cláudia Oliveira Santos.



Visita à ESMP/MA da professora e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, Dilercy Adler, com doação de duas obras ao acervo da Escola. Na foto a professora e a diretora da ESMP/MA, Karla Adriana Holanda Farias Vieira.



Visita do professor e vice-presidente do CEE, Roberto Mauro Gurgel, e do integrante do Fórum Estadual de Educação Ambiental, Mauro Carramillo Junior.

Foi realizada na sede da ESMP/MA, nos dias 12 a 16 de junho de 2023, a *Oficina Técnicas de Atuação e Interpretação para Cinema e TV*, do Festival Guarnicê de Cinema, ministrada pelo ator, diretor e escritor André Luiz de Bragança.



ESMP e o Programa Memória em homenagem ao Dr. Teodoro Peres Neto, Procurador de Justiça.

